

### 3

#### No auto-retrato do autor

No campo da cultura, considerava necessário que se continuassem um Verney, um Herculano, um Antero [...] Media a pequenez da minha pessoa para a obra; esperava, porém, que outros viriam, ao depois, exceder-me. Antônio Sérgio, “Cartas do Terceiro Homem”, 1953 a 1957.<sup>1</sup>

Entre os anos de 1908 (publicação dos sonetos *Rimas*) e 1959 (última edição dos *Ensaios*), somam-se cerca de 50 anos de produção, ou seja, mais da metade dos 86 anos de vida. A tradição que deseja continuar exige-lhe total dedicação, não apenas porque a obra era grande frente à “pequenez” da pessoa, mas por só assim se dar a ver completamente. É necessária uma vida de denúncia e perseguição, problemática e polêmica, para que se faça justiça à tradição descoberta na história nacional. Conforme escreve Vitorino M. Godinho, toma para si um “facho” que ninguém ainda veio apanhar, e que somente será levado adiante se os leitores tornarem-se capazes de identificar os modelos da sobredita tradição na obra escrita.<sup>2</sup> A intensidade da tarefa de “reformador” ou “apóstolo” social deve condizer com a trajetória dos que se devotaram à missão do ressurgimento nacional.

Assim sendo, as “Cartas do Terceiro Homem” visam aos leitores “enleados” que teimam em classificá-lo de ‘visionário’, ‘ingênuo’, ‘idealista’. Apesar de se apresentar como “um quídam” ou um insignificante “que explica as suas próprias idéias quando as vê desentendidas”, diz atuar segundo a tarefa “que compete aos prosadores de idéias”. Não deseja se defender, mas pedir “humildemente” “que façam um esforço para perceber [...] através da obscuridade” de sua “prosa simples, as verdades claríssimas” que tenta explicar. Pois acredita que “na história dos progressos da nossa espécie humana” o que se realizou, a princípio fora sonhado “pela imaginação ‘quimerista’ de homens” que lhe

---

<sup>1</sup> *Obras Completas. Democracia*. Lisboa: Sá da Costa, 1974, p. 274.

<sup>2</sup> Vitorino Magalhães Godinho, “Antônio Sérgio: presença no passado, presença no futuro” in *Ensaios. Humanismo científico e reflexão filosófica*, vol. 4. Lisboa: Sá da Costa, 1971, p. 268.

excederam “no tal pendor ‘visionário’”. Cabe, sobretudo, não apenas visionar as reformas, mas tornar outros conscientes da necessidade delas.<sup>3</sup>

Como mencionamos anteriormente, a tese não objetiva desvelar qualquer segredo na obra produzida, mas sim examinar as escolhas que Antônio Sérgio fez para continuar a tradição dos portugueses tidos por “excepcionais”. Desde os anos 60, os comentadores preocupam-se em examinar o que lhe pertence por direito. Se polemizar, arraigar o racionalismo e escrever ensaios foram os instrumentos pelos quais influenciou os portugueses, então ele deve ser lido como polêmico, racionalista e ensaísta. Compara-se, por conseguinte, os ideais defendidos e os procedimentos adotados. Mesmo quando duvidaram da tenacidade dos elementos constituintes da obra, resignaram-se ao reconhecimento de que nenhum outro o superou. Todos procuram, afinal, o fundo de verdade e autenticidade dos atributos do autor na obra. Ninguém pensa: cremos nisso porque assim ele quis! A questão que se nos impõe vem a ser a exaltação da polêmica, do racionalismo e do ensaio para construir a síntese da cultura em Portugal, segundo a tradição que conta a história nacional como decadência. Especula-se aqui que os ensaios escritos para esclarecer os fundamentos da obra têm o fim de levar os leitores, sonâmbulos ou fiéis, a apreciarem os atributos que o autor toma para si como traços inalienáveis dos heróis nacionais, ou melhor, do português.

Consoante isso, classifica-se como Terceiro Homem que brada “pela tenência cívica”, nunca sendo “unilateral”, nem “dogmático”; “o Homem do Libertarismo autodisciplinado e reformador”. Afirma: “todas as críticas que jamais formulei foram sempre essencialmente construtivas” da obra dedicada à fertilização do campo de cultura. Ele percebe a si mesmo como o meio pelo qual acontecerá a necessária continuidade dos procedimentos de Verney, Herculano e Antero. É importante frisar, no entanto, que o dito Terceiro Homem não evolui do Primeiro e do Segundo Homens. O Primeiro Homem dedica-se ao libertarismo, porém sem disciplina ou empenho reformador; o Segundo é do “autoritarismo puro”. Todos três se apresentam simultaneamente no pátio das discussões nacionais, porém,

---

<sup>3</sup> Antônio Sérgio, *Democracia*, Lisboa 1974, pp. 201, 210, 298 e 279.

apenas um possui as características da tradição escolhida: o Terceiro Homem.<sup>4</sup>

A condição tardia dessas “Cartas”, compartilhada pelo ensaio “Notas de Esclarecimento”, não implica qualquer revisão do ideal de revolução. O esclarecimento da estrutura ideológica dos *Ensaio*s e da História de Portugal diz respeito à sedução do leitor para a faina que o autor tomou para si no papel de Terceiro Homem. Isso posto ao ponto dele asseverar: “se teimo nas canseiras da minha pregação pedagógica, é só por obediência a uma voz interior”, cuja autoridade provém da história. Não sendo “um historiador no rigor do termo, mas sim ensaísta sociólogo sobre temas de história”, quer despertar os portugueses do “sono histórico” e provocar “um exame crítico de todos os costumes”.<sup>5</sup>

Antônio Sérgio propõe problematizar a sociedade portuguesa sob os desígnios ou reflexões desenvolvidas pelos historiadores do Romantismo português, destacadamente, Alexandre Herculano e Oliveira Martins. Para ambos, ‘a história é sobretudo uma lição moral’, onde se encontram os “heróis” que encarnam a nação nos tempos de crise. O modo de proceder desses “heróis” não traduz a história em mestra da vida, antes permite que se reconheça os eventos passados como um campo de experiências que instrumentalizam ações políticas. Entenda-se, sobretudo, que a escrita da história, nesses termos, debruça-se sobre as discussões travadas entre os intelectuais castiços.<sup>6</sup> A lição moral trazida das discussões promove a identificação de condutas aptas a participar da realidade nacional no

<sup>4</sup>Antônio Sérgio, *Democracia*, Lisboa 1974, pp. 149 e 164.

<sup>5</sup> Antônio Sérgio, *Democracia*, Lisboa 1974, pp. 203, 251 e 309.

<sup>6</sup> Segundo R. Koselleck a história a partir do século XIX torna-se um “conceito reflexivo” que serve para intermediar o passado e o futuro, por instrumentalização de ações presentes, nas palavras do mesmo: “l’histoire n’est plus comprise comme une simple science du passé, mais d’abord comme un espace d’expérience et un instrument de réflexion orientant chaque tentative d’action ou plan social ou politique.” *L’expérience de l’histoire*. Paris: Gallimard, s/d, p. 72.

Ao que se acrescenta a seguinte definição de política de Hannah Arendt: “A política surge no *entre-os* homens”. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 23.

A história nacional assegura um campo de ação aos intelectuais devotados à causa do ressurgimento. Todos contribuem para o desenvolvimento da “grei” na medida em que recolhem na história, nos ideais e nas ações, descobertos e contados, os princípios para orientação de suas atividades cívicas.

presente segundo o conhecimento da história, porquanto assim se forme “a consciência lúcida do destino nacional”.<sup>7</sup>

Contar a história de Portugal corresponde a reconhecer os elementos de formação do português: decadência e elitismo. Trata-se de fundamentar a proposta pedagógica dos *Ensaio*s e da História de Portugal na noção de que educar é favorecer a formação das capacidades inatas do cidadão em um ambiente preparado para tal desenvolvimento. O educador deve se inspirar no historiador para realizar a fertilização do ambiente, ou seja, problematizar as tradições que persistem na atualidade. Todavia, para tanto, faz-se necessária certa ‘beleza’ àquele que se dedica à formação de si mesmo e dos demais. A pedagogia acontece por meio da escrita da história nacional, porque daí se retira a experiência da decadência e da condição de elite como a essência ou o que vem a ser inato ao português. Não por acaso, os primeiros escritos historiográficos são os ensaios sobre a conquista de Ceuta por Portugal, no século XV, e o sebastianismo. Apresenta-se aí a história ou o estado de Portugal como situação crítica ou decadência, uma vez considerados os Descobrimentos quinhentistas, e a mentalidade da elite intelectual como a denúncia da decadência e a esperança na promessa não cumprida pelo quinhentismo.

A luta pela revolução cultural continua a experiência da elite intelectual desde o quinhentismo. Isso porque: “É homem de gênio o que cria sempre algum algo, de acordo com as necessidades do seu próprio tempo”, mediante a consulta da história que dá ciência das reais necessidades da atualidade. Ou melhor, porque o “proceder de agora” depende “da forma de mentalidade com que se julga o passado”.<sup>8</sup> Na construção da consciência, o intelectual português tem de proceder humildemente, menos por ter de abordar sempre as duas faces de um problema do que por saber que outros foram perseguidos quando lançaram hipóteses de esperança na promessa não cumprida. É possível, nesses

---

<sup>7</sup> José-Augusto França escreve que desse modo apresenta-se o Romantismo ou a atualidade de fins do século XIX para Oliveira Martins, que assim a passa à geração seguinte. Sobre a historiografia de A. Herculano e Oliveira Martins, vide: José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal. Estudo de fatos socioculturais*, 3<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 538 a 541.

<sup>8</sup> Antônio Sérgio, “Cartas do Terceiro Homem” in *Democracia*, Lisboa 1974, p. 198; e, “Prefácio da 2<sup>a</sup> edição” in *Obras Completas. Ensaio*s, tomo II, 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Sá da Costa, 1977, pp. 05-06.

termos, tratar a vida de Antônio Sérgio como indício da formação desse intelectual castiço, se a consciência da decadência forma-se na experiência das perseguições e dos desafetos sofridos por quem ousa denunciar o estado crítico.

Na esperança da promessa não cumprida, enraíza-se o “mal português” ou a epopéia dos portugueses “excepcionais”. Se o que lhe importa não é tanto o fato histórico dos Descobrimentos quanto a compreensão da promessa do quinhentismo, a denúncia da decadência serve à exaltação dos intelectuais devotados à essência histórica do povo português. Os Descobrimentos são tratados como o fato original da nação, cuja principal característica fora o brilho intenso e instantâneo, pois, como afirma Oliveira Martins, logo em seguida Portugal acaba e *Os Lusíadas* fazem o epitáfio.<sup>9</sup> Visto que ainda hoje Portugal não pertence ao grupo dos que pensam e criam a civilização européia, cada tentativa se frustra no próprio ambiente das discussões nacionais.

O naufrágio dos herdeiros da tradição de denúncia, a partir da consciência da decadência, consolida o “mal português”. Defende-se a continuidade da obra de Herculano e Verney porque entende-se que ambos foram continuados por Oliveira Martins e Antero de Quental, tanto quanto continuaram o Pe. Antônio Vieira e Luís Vaz de Camões. Todos protagonistas do “espetáculo do estiolamento da mentalidade portuguesa”.<sup>10</sup> Afinal, a obra de Camões contém o modelo de conduta para a elite intelectual guiar o povo português, ou seja, criar uma esperança ditosa de acordo com a experiência e os ideais da civilização cristã européia, a partir da ausência.

---

<sup>9</sup> “Fundamentos da nacionalidade” in *História de Portugal*, 16<sup>a</sup> ed. Lisboa: Guimarães, 1972, p. 23.

<sup>10</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1980, p. 27.

### 3.1

#### A escolha da carreira intelectual

Para a ação efetiva o homem é a única realidade [...].  
Antônio Sérgio. *Correspondência para Raul Proença*, 1912.<sup>11</sup>

Nos anos de caserna, durante a primeira década do século XX, Antônio Sérgio vive a inquietação da escolha: elite militar ou intelectual. A marinha lhe fora sugerida desde a infância, “passada em navios e entre oficiais de marinha”. De fato, a carreira de marinheiro e militar não era de todo ruim, maior horror lhe causava o trabalho no comércio ou na fábrica. Orgulhava-se do caráter “aristocrático” dos militares, não só porque o avô e o pai daí tiraram honras que lhe aproximou do convívio com reis e príncipes, mas sobretudo porque “não depende de ninguém o pão” do militar. Mais belas e poéticas profissões que a militar só a do professor, “que educa as gerações novas”, e a do “homem de laboratório e de gabinete”, que consagra a vida ao saber.<sup>12</sup>

Em meio à turbulência política e social vivida por toda a Europa, se inquietava conforme ambicionava glória e atenção do escol português. No país, desde as mobilizações intelectuais da década de 1870 – a Questão Coimbrã, o Cenáculo, as Conferências Democráticas do Casino de Lisboa e a difusão de idéias socialistas –, o século XIX não se mostrava tão “regenerador” quanto fizeram crer os partidários do fontismo.<sup>13</sup> Os ganhos

<sup>11</sup> Antônio Sérgio, *Correspondência para Raul Proença*, org. e intr. de José C. González. Lisboa: D. Quixote/Biblioteca Nacional, 1987, pp. 37-38, carta 10 (datada 03 de dezembro de 1912 em Londres).

<sup>12</sup> “Cartas da Juventude – à Luísa Estefânia”, *Revista de História das Idéias* 5. Antônio Sérgio, coord. Fernando Catroga e Amadeu J. Carvalho Homem, II vol. Coimbra: Instituto de História e Teoria da Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 842, 873 e 878, respectivamente, cartas 48 (datada 07 de junho de 1909), 69 (datada 06 de agosto do mesmo ano), e 75 (datada apenas agosto do mesmo ano).

<sup>13</sup> Para Vasco Pulido Valente a ‘Geração de 70’ vem romper com o estado conformista vivido durante o fontismo. Um grupo de intelectuais de origem social, posses e talentos muito diferentes, unidos na aversão à sociedade da ‘Regeneração’. Entre 1865 e 1870 surgem os panfletos de Qental contra Castilho, a Questão Coimbrã, e, em seguida, organiza-se as Conferências do Casino, cujo propósito era “pôr Portugal a par do ‘movimento de idéias’ europeu”. Em grande parte, tais intelectuais se dedicaram à “identificação da decadência” nacional ao regime da “Regeneração”. In *O poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa: D. Quixote, 1974, pp. 35-36.

José-Augusto França escreve: “...a nova geração não faz mais do que retomar a verdadeira tradição humanista do Iluminismo, a dos ‘estrangeirados’, que os

materiais provindos das reformas de Fontes Pereira de Melo sucumbem diante da especulação e da inflação que marcam a segunda metade do XIX, dos sucessivos aumentos de impostos, das rivalidades internacionais nascidas nas lutas pelos territórios portugueses na África, do patriotismo usado pelos republicanos para mobilizar a população contra o regime monárquico, dos escândalos financeiros, das conspirações armadas civis e militares, e, enfim, da fragilidade das instituições estatais. Consoante as contingências e o corrente apelo à tutela das massas, a ambição do jovem oficial de Marinha visa à “elite intelectual” do país; tanto que escreve à noiva: “há a glória que consiste no alto apreço de uma minoria escolhida, de um escol”. Posteriormente, com a República proclamada, confessa a Raul Proença: “como desdenho absolutamente a popularidade, serei sempre antipático ao povo em geral”.<sup>14</sup>

Filho e neto de “fidalgos cavaleiros da casa real”, não ambiciona pertencer à elite militar, não só se nega a conspirar contra a monarquia com os republicanos da Marinha, como abandona a carreira militar assim que se instala a República. Muitos anos depois de optar pela elite intelectual, esclarece que tal abandono teve por fim manter a “liberdade crítica” e dedicar-se à vocação de “ensinar o povo a governar-se a si mesmo”. O desdém pela popularidade, bem exemplificado na atuação como ministro da Instrução Pública, quando buscou antes realizar certo projeto de educação que solucionar os problemas das instituições educacionais, corresponde à recusa da tutela do povo e a crença na educação que leva uns poucos “à maioria”.<sup>15</sup> Na conferência inaugural à ‘Semana da Cultura’, organizada pela Associação dos Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1928, Antônio Sérgio delinea a proposta pedagógica à qual se dedicava:

---

românticos, embalados pelos progressos materiais da Regeneração, tinham esquecido, se não evitado.” In *O Romantismo em Portugal...* Lisboa 1999, p. 371.

<sup>14</sup> Antônio Sérgio, “Cartas da Juventude – à Luísa Estefânia”, *Revista de História...* Antônio Sérgio, II vol. Coimbra 1983, p.846, carta 49 (datada 31 de junho de 1909); e, *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, p. 69, carta 23 (datada agosto de 1913 no Rio de Janeiro).

<sup>15</sup> Antônio Sérgio, “Cartas do Terceiro Homem” in *Democracia*, Lisboa 1974, pp. 272-273; e, *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, p. 86, carta 28 (datada 01 de outubro de 1913 no Rio de Janeiro).

Quero eu dizer que o que mais importa é cultivar nas almas dos melhores cidadãos o ‘amor bem entendido da gente moça’, e organizar as coisas de maneira tal que os indivíduos mais nobres e mais capazes se possam consagrar a tão nobre afeição.<sup>16</sup>

Tal conferência, escrita cinco anos após a participação no governo de Álvaro de Castro e durante o exílio em Paris, nos mostra que a proposta pedagógica sempre esteve orientada pelo “amor pedagógico” retirado de leituras d’*O Banquete* e do livro VII d’*A República* de Platão. Segundo tal orientação, trata-se do cultivo de alguns cidadãos por meio de algo que lhes afeioe, ou melhor, que lhes inspire amor pelas “verdades eternas” e o “desejo de as realizar”. Contudo, a afeição depende de que exista no educando qualquer “beleza” que o faça florescer para o “bem da elevação mental”. Esses educandos têm de compor a elite dos “mais inteligentes e mais nobres”, dos que possuem “o senso da espiritualidade [...] verdadeira ou *intelectual*”.<sup>17</sup>

Enquanto na conferência sobre cultura apresenta-nos as feições do educando, no ensaio “Paidéia (sugestões e conselhos de há mais de 30 anos)” oferece a fisionomia do educador. À semelhança do jardineiro, que prepara o ambiente para as plantas desenvolverem o que nelas está em essência, cabe ao educador moderno oferecer “um ambiente benéfico e rodeá-lo do necessário para que suba ao Espírito”. Isso porque, nas palavras do autor: “a educação consiste na ordenação interna de umas tantas atividades que a contém em germe, onde ela preexiste por natureza própria [...]”.<sup>18</sup> O educando e o educador, relacionados no mútuo “amor pedagógico”, menos escolhem o caminho a seguir do que descobrem o modo pelo qual se realizará o cultivo de ambos e, por conseguinte, do ambiente que os rodeia.

Não por acaso, a conferência diagnostica a “crise gravíssima da cultura autêntica” então vivida em Portugal e na Europa.<sup>19</sup> Ora, o ambiente

<sup>16</sup> Antônio Sérgio, “Considerações sobre o problema da cultura” in *Obras Completas. Ensaios*, tomo III, 2<sup>a</sup> d. Lisboa: Sá da Costa, 1980, pp. 56-57.

<sup>17</sup> Antônio Sérgio, “Considerações sobre o problema da cultura” in *Ensaios*, tomo III, Lisboa 1980, pp. 33 e 54-55.

<sup>18</sup> Antônio Sérgio, “Paidéia (sugestões e conselhos de há mais de 30 anos)” in *Obras Completas. Ensaios*, tomo VIII, Lisboa: Sá da Costa, 1974. pp. 217-218.

<sup>19</sup> Antônio Sérgio, “Considerações sobre o problema da cultura” in *Ensaios*, tomo III, Lisboa 1980, p. 41.

crítico ou de crise serve bem à maioria ou ao esclarecimento da elite intelectual, pois aí o educador ou o pedagogo Antônio Sérgio torna-se apto a descobrir as condições de formação e o papel histórico que lhe caberia desempenhar. Tratava-se de preparar o ambiente onde a autêntica cultura florescesse em sintonia com a essência do português. Pode-se mesmo especular que o citado insucesso da reforma na instrução pública deve-se, acima de tudo, a tão arraigado apego à descoberta do ambiente de crise como condição própria à formação da elite nacional para a revolução cultural.

Quase duas décadas antes de escrever ensaios dedicados à educação e à cultura, nas cartas que envia para a noiva Luísa, oferece-nos os traços característicos da intelectualidade que ele mesmo praticava e como a devia reformar de imediato. Desenvolve seu talento, inicialmente, como um *gourmet* que vai atrás de toda “espécie de idéias”, mas reconhece a necessidade de agir e ser útil. Sendo assim, ainda que nascido “para cavalgar aventurosamente por cima dos fatos”, reforma a si mesmo na verificação das “idéias gerais” que supõe arrancar de si. Procede então por “investigações eruditas”, para as quais, confessa: “não tenho paciência alguma”. Mas era necessário fazer em si a primeira reforma: deixar de escrever coisas que ninguém lia e criar a obra que trouxesse à luz a formação da elite à qual deseja pertencer. A identidade entre tal obra e a formação da elite tinha de desvelar a realidade da sociedade portuguesa, para cumprir os “princípios de uma pedagogia qualitativa de ação social e racional” inspirada na maiêutica socrática.<sup>20</sup>

A obra escrita, arquitetada segundo tais aspirações, visa a oferecer à nação o ambiente propício ao florescimento da elite intelectual, afeiçoada menos à tutela da massa que à descoberta do caráter histórico do povo português. A inspiração socrática corresponde à disciplina de pensamento, reconhecida como a cultura, ou à formação específica de autores e obras dedicados a Portugal, isto é, à maneira como uma elite de portugueses

---

<sup>20</sup> Antônio Sérgio, “Cartas da Juventude – à Luísa Estefânia”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, pp. 838 e 891-892, respectivamente, cartas 46 (datada 24 de junho de 1909) e 94 (datada 05 de setembro do mesmo, possivelmente, na Guiné); e, “Educação e filosofia (princípios de uma pedagogia qualitativa de ação social e racional)” in *Obras Completas. Ensaios*, tomo I, 3<sup>a</sup> ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980, pp. 134-135.

sintetizaram os fatos da história nacional. A necessidade de erudição ou a produção da obra escrita recolhe provas e contraprovas do modo como alguns portugueses pensaram o ambiente nacional, procedimentos que, por se repetirem ao longo da história da cultura, findam por uniformizá-la. Acredita que se a elite intelectual dos tempos idos esteve na mesma luta pela liberdade ou a ‘maioridade’ que a atualidade, o modo de proceder desses pensadores serve à regeneração nacional. Ainda que não se tenha a experiência da liberdade de fato, as obras e idéias assim concebidas são boas, na medida em que se dedicam ao mesmo fim que a atualidade: o ressurgimento da nação.

Vale ressaltar que, antes de começar a “carreira de doutrinador”, dedica-se à poesia e aos sentimentos. Em 1908 escreve e publica *Rimas*, sonetos escritos durante os anos de caserna. No ano seguinte, organiza e comenta os *Sonetos* de Antero de Quental, e só alguns anos depois, escreve o primeiro ensaio: “Da Natureza da Afecção” (1913). Apesar de lamentar que escrevia “coisas que ninguém lê”, isso não condiz nem com a organização dos *Sonetos*, que constitui marco importante nos estudos da poesia de Quental, nem para o ensaio, pois recebera carta de Carolina Michaëlis em elogio ao mesmo. Tanto mais preocupava-se com a popularidade do romance e da história, e quanto ambos lhe eram impossíveis naqueles tempos, porque não se sentia com talento para romancista e a história não era “um gênero literário”. Talvez por isso, no gênero literário só tenha escrito a tragédia *Antígona* e as fábulas. Bem, não se pode negar que aspirava a ser poeta, segundo sua admiração por Luís de Camões e Antero de Quental, mas outro será o poeta dessa geração – Fernando Pessoa – que na mesma década escreve a série de poemas *Mensagem*, também dedicados à história de Portugal.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Sobre a definição de “doutrinador”: “Prefácio” in *Ensaaios*, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 3.

As primeiras obras: Antero de Quental, *Sonetos*, seleção, prefácio e notas de Antônio Sérgio, 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Sá da Costa, 1963. Coleção de clássicos Sá da Costa; e, “Da Natureza da Afecção”, *Revista Americana*, n. 9, ano IV, Rio de Janeiro, 1913, pp. 154 a 176.

Sobre a dificuldade em escrever algo que atraia os leitores: *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, p. 38, carta 38 (datada 28 de abril de 1914 em Genebra); e, “Cartas da Juventude – à Luísa Estefânia”, *Revista de História...* Antônio Sérgio, II vol. Coimbra 1983, p. 858, carta 57 (datada 10 de julho de 1909).

No artigo “Le destin – Antero de Quental”, Eduardo Lourenço inverte a interpretação que Antônio Sérgio cria para Quental, para quem o espírito do poeta é doente do corpo.

Entre esses primeiros escritos, só passa aos *Ensaio*s aquele dedicado a Quental, onde nos apresenta o que mais tarde definirá por “racionalismo místico, sentimental, poético”, e a forma de apresentação “Da Natureza da Afecção”. Ou seja: o racionalismo e o ensaio. Depois da publicação de *Rimas*, continua a escrever sonetos, que envia ao amigo Raul Proença, mas isso lhe traz insegurança e insatisfação a ponto de se questionar: “como conciliar o incompatível: a poesia e a utilidade prática?”. Julga-se incapaz e deprecia como golpe de sorte os versos e a organização dos *Sonetos*, apesar de não ver diminuído o desejo de escrever. A insegurança do jovem autor corresponde à ambição de oferecer “uma idéia nítida para toda a gente”, “uma mesma intenção geral, [...] uma aspiração moral, ou o caráter de uma época histórica, ou a representação poética de qualquer concepção religiosa”.<sup>22</sup>

Isso se nota nas cartas para Luísa Estefânia, onde Antônio Sérgio nomeia-se: “sou pois um homem de pensamento, um intelectual e um contemplativo[...] Tenho um grande amor místico pelas coisas puras [...] Este misticismo é exclusivamente sentimental, não intelectual”. Se não se sente apto a escrever romance, se os poemas que compõe não atingem os leitores a quem pretende formar ou cultivar, torna-se necessário desenvolver o talento intelectual de *gourmet* para a produção do “ensaio crítico”.<sup>23</sup> Em meio ao orgulho pelos elogios à sua aptidão crítica, unirá o “grande amor místico pelas coisas puras” às intenções poéticas em obra cuja idéia nítida deve ter a utilidade de educar. Cuida, inicialmente, de fazer florescer em si o “amor pedagógico”. No autor amadurecido, seguro

---

Lourenço declara o corpo como doente do espírito, e disso, que entende ser um excesso de “conteúdo histórico”, provêm as doenças do corpo e o suicídio. In *Poesia e Metafísica. Camões, Antero, Pessoa*. Lisboa: Gradiva, 2002, p. 123.

Sobre as obras escritas pelo autor: A. Campos Matos, “Bibliografia de Antônio Sérgio”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, pp. 1029 a 1035.

Sobre a obra *Mensagem* de Fernando Pessoa: Alberto Bento Augusto afirma que Fernando Pessoa começa a escrever o poema *Mensagem* em 1913 e o finaliza em 1934. “Introdução. Mensagem, obra-prima subestimada” in Fernando Pessoa, *Mensagem*. São Paulo: Editora Martin Claret, 1998, p. 14.

<sup>22</sup> Antônio Sérgio, “Glosas sobre algumas pegadas...” in *Obras Completas. Ensaio*s, tomo VII, Lisboa: Sá da Costa, 1974, p. 61; *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, pp. 44-45, carta 12 (datada novembro/dezembro de 1912 em Londres); e, “Cartas da Juventude – à Luísa Estefânia”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, p. 849, carta 50 (datada 02 de julho de 1909).

<sup>23</sup> “Cartas da Juventude – à Luísa Estefânia”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, pp. 807 a 849, cartas 21 a 50 (datadas entre 29 de maio e 02 de julho de 1909).

do respeito conquistado, consoante as lamúrias das incompreensões vividas, o “amor místico” e a poesia se reformam pela crescente confiança na eficiência pedagógica do ensaio.

Leiamos o primeiro ensaio: “Da Natureza da Afecção”, escrito para tematizar o “problema do sentimento” por “análise dos fenômenos afetivos”. Não ocorre aí qualquer referência ao sobredito “amor místico pelas coisas puras”, contudo, a afecção é definida como elemento sentimental que participa dos processos cognitivos junto com as sensações. Nega-se a união entre os elementos emocionais e as sensações em tais processos, caso contrário as sensações de dor não provocariam desprazer em uns e prazer noutros. A partir do exemplo dos mártires e ascetas, “que com agrado recebem dores”, conclui-se que a vida afetiva não emana das sensações, antes depende da consciência formada, a que chama de ‘o saber de experiências feito’. Nem tampouco a afecção acontece por espontânea emoção e, sim, por influência de precedentes intelectuais. Doravante, o “problema do sentimento” fica submetido à formação da consciência como saber feito de experiências.<sup>24</sup>

Enquanto afirma os fenômenos afetivos como dependentes da consciência formada mediante a inteligibilidade das experiências, delinea o caráter da obra que vai sendo arquitetada: reclamar relação pessoal e originária entre a elite intelectual e o ambiente de cultura. Os *Ensaio*s e a História de Portugal, ainda que apresentem fatos e obras, experiências e idéias, segundo a lógica da causalidade, aspiram a emocionar a grei para as condições do ambiente. Deve-se irar a gente portuguesa para refletir a história da cultura em Portugal na atualidade ávida por regeneração. Ou seja, a obra prepara o ambiente, os meios pelos quais se mobiliza “estados de consciência” no leitor e, assim, o afeiçoa à faina da revolução cultural que cabe à elite intelectual.<sup>25</sup>

O “problema do sentimento” também encontra-se no estudo dedicado aos *Sonetos* de Antero de Quental, a ponto de se advertir que:

---

<sup>24</sup> Antônio Sérgio, “Da Natureza da Afecção”, *Revista Americana*, n. 9, Rio de Janeiro 1913, pp. 154-155, 164 e 174-175.

<sup>25</sup> Antônio Sérgio, “Da Natureza da Afecção”, *Revista Americana*, n. 9, Rio de Janeiro 1913, p. 174.

Nos cumpre estudar o Antero que foi, o que realmente existiu, i.e., o Antero complexo, poeta e místico, [...] o Antero concreto e ricamente humano, e não um Antero que para homens de ação fosse o único que valeria [...] <sup>26</sup>

Interessa-lhe a capacidade divinatória da poesia. Entende que adivinhar a revolução interior do poeta força a submissão das emoções à inteligência, a provocar “uma visagem lírica” que transcende a particular condição do escritor e conduz à generalidade moral reconhecida por toda a gente. O poema, segundo a “tese anteriana” aqui reverenciada, torna-se “instrumento que transmite a emoção a quem lê”. Da emoção particularmente sentida pelo poeta à feitura do poema, vai a “elaboração intelectual”: primeiro, no momento de “reflexão do sentimento na inteligência”, e depois, na “outorga de uma forma literária ao sentimento-idéia que se assim formou”. O que se advinha no poema como “forma literária” vem a ser a produção do “sentimento-idéia” criado no passado. <sup>27</sup>

Adivinhar a revolução em um pensamento revolucionário, onde o “existir real consiste na coerência das relações pensadas e não na presença das impressões sensíveis”, ou seja, os sentimentos, aspirações e afetos particulares vêm a ser revolucionados na consciência de si e do mundo. <sup>28</sup> O intelectual que escreve para a nação portuguesa deve estar na antemã da história pátria para que os sentimentos aí nascidos tomem a forma necessária à projeção de alguma idéia que, por sua vez, tem de ser intuída por várias gerações de leitores. Sendo assim, mesmo antes de começar a escrever os *Ensaio*s e a História de Portugal, ainda envolvido na frustração das *Rimas*, entende que alcançará a glória desejada se produzir o “sentimento-idéia” que caracteriza a formação do português.

Ora, não se trata de relatar o conhecimento positivo dos fatos passados, alienar o intelectual do objeto que se lhe dá observar, mas sim do exercício contínuo e repetitivo de determinados atos de pensamento. A partir da própria condição de elite que deseja a glória e a atenção de seus pares, tece uma escritura que imita o pensamento ou a produção do “sentimento-idéia” de outros intelectuais. Ocorre que só se pode alcançar

<sup>26</sup> Antônio Sérgio in Antero de Quental, *Sonetos*, Lisboa 1963, p. 66.

<sup>27</sup> Antônio Sérgio in Antero de Quental, *Sonetos*, Lisboa 1963, pp. 9, 4 e 59.

<sup>28</sup> Antônio Sérgio in Antero de Quental, *Sonetos*, Lisboa 1963, p. 215.

o conhecimento do pensamento passado na medida em que o repetimos em nós mesmos. A projeção das questões presentes, sobre as idéias ou concepções expressas por diversas obras, corresponde a, simultaneamente, minimizar as diferenças conjecturais e afinar as ambições e a experiência do presente com as de outrora. A obra escrita não se preocupa em imaginar o que aconteceu entre um fato e outro, não é para esse fim que se repete o pensamento ou se imagina o pensamento alheio. Bem ao contrário, prova-se a persistência dos atos de pensamento do passado no presente, na medida em que esse mesmo vem a ser investigado como futuro do pretérito, e, por isso, deve ser retomado.<sup>29</sup>

A educação da elite para o governo do povo em direção à ‘maioridade’ não se volta para a “coisa pura” ou a idéia, nem para descrição positiva do fato. Pouco importa o patriotismo ou o nacionalismo ou o saudosismo, se no estudo das concepções e dos fatos, não se obtiver a inspiração futura que repete o ato de pensar o ambiente de cultura. Ato que não está relacionado à sucessão cronológica, como os sentimentos e as sensações, ambos concatenados pelo entendimento na diversidade das experiências empíricas.<sup>30</sup> A ‘maioridade’ tão almejada não diz respeito à livre escolha desse ou daquele conceito do entendimento, eficiente no conhecimento das experiências, mas sim à orientação pela razão, ou, nas palavras de Antônio Sérgio, pela “série de princípios incondicionais que se impõem ao conhecimento [...] o princípio da universal inteligibilidade”.<sup>31</sup> O objeto e o ato de pensamento tornam-se instrumentos

<sup>29</sup> Escreve Antônio Sérgio, nas “Divagações Proemiais” do *Introdução Geográfico-sociológica à História de Portugal*: “Quedo-me indefinidamente a interrogar-me [...] sobre se não é afinal uma concepção plausível a da autonomia construtiva do intelecto humano na edificação do mundo que nós concebemos; [...] a de que se não acha linha de limitação bem nítida entre o que apenas é ‘fato’ e o que já é ‘teoria’; a de que o sujeito é inseparável do respectivo objeto, e correlativo a ele.” In *Obras Completas*, 4<sup>a</sup> ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978, pp. 14-15.

Vale citar R. G. Collingwood em *A Idéia de História*: “Só se pode conhecer a atividade mental de outra pessoa, a partir da suposição de que esta mesma atividade pode ser reconstituída no nosso espírito. Neste sentido, conhecer ‘o que alguém está a pensar’ (ou ‘pensou’) implica pensá-lo para si próprio.” (7<sup>a</sup> ed. Lisboa: Presença, 1989, p. 350).

<sup>30</sup> I. Kant, “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento?’” in *Textos Seletos*, Rio de Janeiro (Petrópolis): Vozes, 1974, p. 70.

<sup>31</sup> Antônio Sérgio, “Educação e filosofia...” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 137.

de orientação, só assim podem alongar-se por um lapso de tempo e renascer noutra momento para outros fins.<sup>32</sup>

Eis a gota de futuro encontrada no conhecimento empírico da realidade: o ceticismo da verdade, obediente à necessidade de satisfação da razão, cria máximas que oferecem ao juízo fontes provisórias, até que se conquiste outro nível de conhecimento. Trata-se da construção de alguma forma provisória que cessa a ignorância limitadora das experiências. Preserva-se, assim, a capacidade humana para abrir novas cadeias de acontecimentos a partir das intervenções feitas no passado. A diferença entre o que é o mundo e o que deve ser, permite que os homens se movimentem para a realização dos interesses individuais como coletivos, mesmo depois de se depararem com tanta ignorância e paixão. Não se cuida de simplesmente construir a sucessão cronológica dos fatos para explicar o processo histórico de formação do ambiente de cultura. Por outras palavras, não basta relatar positivamente os fatos para deixar surgir a lei geral da história nacional. A elite intelectual deve entender-se com a produção de várias concepções que teimam ou insistem em legitimar certo estado de coisas na atualidade.

Se encara o homem, para a “ação efetiva”, como “única realidade”, o conhecimento empírico da realidade não está, para o acúmulo diacrônico de fatos, para fazer surgir o lento progresso da Razão, à semelhança da história escrita pelos iluministas. Ainda que acredite no “princípio da universal inteligibilidade”, escreve sobre o caos das paixões e dos interesses em conflito. Nos *Ensaio*s e na História de Portugal o campo histórico é compreendido como “espetáculo de finalidades”, onde os eventos principais da história dizem respeito ao justo embate entre a vontade individual vigorosa e o estado atual da sociedade, ou ainda, entre a força de “elevação mental” do intelectual e o ambiente de cultura. No embate criam-se obras, doutrinas e fatos, que transformam ambições particulares em motivações coletivas. Apesar da trágica condição dos homens no mundo, o movimento que conservam por ações promove um riso feliz, pois o que se cumpre, a princípio pela paixão dos homens e, em

---

<sup>32</sup> R. G. Collingwood, *A Idéia de História*, Lisboa 1989, p. 349.

seguida, pelas experiências daí surgidas, está para o ainda não cognoscível. Os afetos e sentimentos tão percíveis servem ao não cognoscível tanto quanto ao auto-conhecimento de todos os homens. Assim sendo, torna-se possível especular que a unidade de formação dos intelectuais portugueses acontece no emaranhado dos afetos gerados por obras dedicadas à nação que se deverá cumprir.<sup>33</sup>

Nessas condições, escreve “Espectros” para problematizar a “tirania dos fantasmas” que mordem os “espíritos através da história mal compreendida”, cuja principal característica vem a ser o endeusamento de personalidades e fatos. Defende que os fatos só vêm a ser históricos em decorrência da função no “fluxo de vida” em que atuaram, pois “a história só é viva quando os sucessos são vistos em relação ao que veio depois, e ordenados por conseguinte numa série processual”. A série construída pelo presente que se debruça sobre o passado não obedece à seqüência cronológica dos fatos, mas, sobretudo à importância da ação para que se tornassem “obsoletas” algumas idéias e sentimentos. A ação histórica, por conseguinte, só ganha significado nos sucessos posteriores, porque toda ação verdadeiramente histórica serve menos ao passado e ao presente do que ao futuro.<sup>34</sup>

O educador deve se inspirar no historiador para “determinar, tanto quanto possível, o que exige de nós concretamente a sociedade contemporânea”. Em prol da realização do educador-historiador, oferece o exemplo de como estudar a história. Apresenta-nos a I Grande Guerra (1914-18) como uma atualidade habitada pelo “espectro” da latinidade e do Estado, cultuado tanto por alemães, quanto por franceses. A partir dessa evidência, o ensaio “Espectros” relaciona o ressurgimento do ambiente latino na Renascença italiana e sua influência até os anos de guerra, promovida pela escola distante das necessidades atuais. Identifica, enfim, a sociedade contemporânea à tradição encontrada em Roma, no Renascimento, no Iluminismo e no Estado Nacional Moderno. Tais

<sup>33</sup> Para construirmos a especulação do modo como Antônio Sérgio apreende o campo histórico, recorremos ao estudo de Hayden White sobre as caracterizações desse campo em sincrônico e diacrônico, a partir da noção de que a mola da história são as paixões e os desejos egoístas. In *Meta-história. A imaginação Histórica do século XIX*, São Paulo: EdUSP, 1995, pp. 119-120.

<sup>34</sup> Antônio Sérgio, “Espectros” in *Ensaaios*, tomo I, Lisboa 1980, p. 172.

eventos compõem tipos ou formas inteligíveis, o “conjunto de aparências que nos oferece o mundo” e pelos quais os “problemas morais novos” vêm a ser levantados e discutidos. O estudo da história se nutre na experiência e nos problemas do presente e se insinua sobre o passado e encontra a verdade na coerência lógica de formação dos tipos. O historiador “embebe-se da vida de hoje e, por isso, logra ressuscitar os mortos”, bem ao contrário do educador que, alienado das necessidades da atualidade presente, “alcança por fim cadaverizar o vivo”.<sup>35</sup>

No ensaio “A educação cívica, a liberdade e o patriotismo antigos e modernos”, dá continuidade à abordagem dos “espectros”, isto é, “a persistência de certas formas de proceder e de pensar que sobrevivem às condições que antigamente lhes deram vida”. Para tanto, faz breve estudo de Rousseau e Camões. Afirma que “Rousseau político” nega absolutamente o indivíduo “em proveito da sociedade empírica”, ao passo que o “educador” nega absolutamente a sociedade, “tanto empírica como ideal”. Para Antônio Sérgio, as teses de Rousseau para a sociedade, a educação e o Estado constituem uma autêntica contradição, na medida em que reconhecem dois princípios para a natureza humana: o que leva o homem ‘ao estudo das verdades eternas’ e o que o conduz à escravização sob o império das paixões. No entanto, toma a “vontade de consciência” como o maior de todos os pecados. Segundo o autor, caso Rousseau tivesse baixado seu ímpeto romântico e forçado a coerência lógica sobre as “atitudes contraditórias” encontradas em sua obra, se tivesse feito uso “enérgico” da Razão, seria capaz de “ver o progresso humano na [plena] realização do indivíduo, mas do indivíduo racional”.<sup>36</sup>

Muito mais sensível à real natureza humana foi Camões. Visto que o patriotismo de *Os Lusíadas*, está para “a Pátria verdadeira, a Pátria ‘natural’ [...] a do Espírito”. Aqui, o que liga os homens não é o território, nem o rei, mas a “Idéia”. A partir do que, afirma que a moralidade deve obediência à sociedade “concebida como Idéia”, e, como “coisa humana”,

<sup>35</sup> Antônio Sérgio, “Espectros” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, pp. 176 a 178; e, “Repercussões duma hipótese: Ceuta, as navegações e a gênese de Portugal.” in *Obras Completas. Ensaio*, tomo IV, 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 222.

<sup>36</sup> Antônio Sérgio, “A educação cívica...” e “Ciência e educação” in *Ensaio*, tomo I. Lisboa, 1980, respectivamente, pp. 201 a 209 e p. 125.

busca antes a ordem interior. Ou seja: a ordem moral obedece à social se a verdadeira Pátria está para o Espírito ou a Idéia. Por conseguinte, a ordem interna das consciências não está para a “sociedade empírica dos homens”, mas sim para a Humanidade cujas leis só puderam ser expressas “em algumas consciências individuais, as mais luminosas”. A “contraprova” disso “está no antagonismo, tão freqüente, entre a moralidade e a sociedade empírica”.<sup>37</sup>

Consoante isso, os empiristas ingleses são eleitos os renovadores do “problema da moral”. Em Bacon, Antônio Sérgio afirma que a moral é separada da metafísica e da religião, e aproximada da “inteligência”. O conhecimento construído empiricamente toma por ponto de partida aquilo que nos afeta, o aspecto emocional ganha importância, prazer e dor participam do conhecimento, ainda que a decisão fique a cargo da reflexão. Por conseqüência, o acúmulo de conhecimento não tem capacidade para aperfeiçoar as consciências, bem ao contrário, perverte aqueles “onde não reina soberanamente o instinto da moralidade”. O que leva o autor à certeza de que sempre se faz necessária a “beleza” na essência do educando. Existe algo de mais íntimo que guia também a inteligência na construção do objeto da ciência; sendo assim, o “guia interior” só pode ser “a ‘consciência’”.<sup>38</sup>

Daí lermos no ensaio “Ciência e educação”:

Educar significa [...] favorecer o crescimento da capacidade de racionalização, de espiritualização, de universalização, de superação dos limites vários que confinam o indivíduo numa pátria ou grupo – numa localidade ou época – habilitando-nos, portanto, a sermos educadores da sociedade.<sup>39</sup>

Aproxima educação e história na formação da consciência individual que guia a todos em direção à humanidade. A “capacidade de racionalização” dos indivíduos, ainda que não seja critério absoluto de orientação, transforma o ambiente social em pátio de realizações

<sup>37</sup> Antônio Sérgio, “A educação cívica, a liberdade e o patriotismo, antigos e modernos”; e, “Educação e filosofia...” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, respectivamente, p. 222 e pp. 144 a 146.

<sup>38</sup> Antônio Sérgio, “Ciência e educação” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, pp. 116, 119 e 123.

<sup>39</sup> Antônio Sérgio, “Educação e filosofia...” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 160.

provisórias. Por um lado, temos o ambiente social ou de cultura, onde a inteligência dos homens gerencia afetos; por outro, a Idéia ou o Espírito, como a sociedade que deve obediência à moralidade. Na medida em que a moralidade vem a ser “guia interior”, faz-se necessário algum instrumento que, por ser expressão cognoscível do mundo empírico, auxilie na “superação dos limites vários que confinam o indivíduo numa pátria ou grupo”. Só pela boa compreensão da história contada ao longo de várias gerações, pode-se romper o confinamento imposto pelo passado ao presente, porque, na historiografia, está o conjunto das aparências inteligíveis – juízos edificados em “doutrinas universalmente aceitas”.<sup>40</sup>

A elite de portugueses cujo fim é guiar o povo para a ‘maioridade’, tem de consolidar a moralidade pelo conhecimento das “consciências individuais” mais iluminadas, em que se tira a contraprova do antagonismo entre a sociedade como Idéia e a sociedade empírica. A cultura do povo, pelos *Ensaio*s e a História de Portugal, deve vincular a todos “por um progresso comum de realizações futuras”, se, em cada ensaio, for revivido tal antagonismo.<sup>41</sup> Mais que reconhecer a provisoriedade do conhecimento da sociedade empírica, nos oferece provas do apelo ao futuro encontrado nas hipóteses dedicadas ao problema da cultura. O que se constata no interesse pelo leitor, como comentador e crítico das hipóteses apresentadas, e também na construção de uma escrita que se dobra sobre si mesma.

Não por acaso, o ensaio “Interpretação não romântica do sebastianismo” é escrito logo no início de sua carreira intelectual. Nesse ensaio, a partir dos estudos de João Lúcio de Azevedo sobre o sebastianismo, busca reunir “elementos com que definir o nosso [do português] espírito coletivo, já no passado, já no presente”. Afirma que faz uso de fatos históricos e “testemunhos documentais” apresentados por João Lúcio, para reforçar a “plausibilidade” de uma doutrina que “embarga” a “interpretação romântica”. Tal interpretação, construída por

---

<sup>40</sup> Antônio Sérgio, “Interpretação não romântica do sebastianismo” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 241.

<sup>41</sup> Antônio Sérgio, “Em torno do problema da ‘língua brasileira’ (Palavras de um cidadão do mundo, humanista crítico, a estudante brasileiro seu amigo)”. *Cadernos de Seara Nova – Estudos Pedagógicos*. Lisboa: Seara Nova, 1937, pp. 21 a 23.

Oliveira Martins, Teófilo Braga e outros, define o sebastianismo como a manifestação de “um ‘sentimento inconsciente’ [...] demonstrativo de que ‘o elemento primitivamente dominante nas populações é, em Portugal, o Celta”<sup>42</sup>.

Os fatos apresentados por João Lúcio mostram, para Antônio Sérgio, com toda “plausibilidade”, que o sebastianismo e o bandarrismo<sup>43</sup> concentram “uma das *causas* ou fatores da imaginação portuguesa da decadência”. Trata-se de analisar as causas da imaginação da decadência que, como doutrina geralmente aceita, se presta à interpretação romântica como produto de “um espírito *rácico* português”.<sup>44</sup> O sebastianismo, nesses termos, corresponde à decadência. Dizer que os portugueses nascem “sebastianistas” significa que eles nascem em meio à imaginação da decadência.

Promove-se, então, a análise da doutrina profética da salvação do povo português, o sebastianismo e o bandarrismo, como “fenômeno social e intelectual”. Parte da convergência de três acontecimentos históricos: o “messianismo hebraico”, a “educação profetista dos escolásticos” e o domínio de Castela sobre Portugal. Ao longo do século XVI, os judeus convertidos promovem leituras do Antigo Testamento, principalmente das profecias de Daniel sobre a vinda do messias e o quinto e último império. À leitura israelita do profeta Daniel soma-se a vida do jovem rei d. Sebastião, que em si mesmo era uma promessa, tanto que o chamaram o ‘Desejado’. Isso porque era filho póstumo de d. João, que não tinha irmãos, logo, a última esperança de continuação da dinastia de Avis. O menino Sebastião foi proclamado rei aos três anos de idade, após a morte de d. João III, seu avô paterno. Como ele não se casou e desapareceu ainda jovem na batalha de Alcácer Quibir, não deixou herdeiros. Devido a tão

<sup>42</sup> Antônio Sérgio, “Interpretação não romântica do sebastianismo” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, pp. 241-242.

A obra de João Lúcio de Azevedo citada é *A evolução do sebastianismo*, que teve a 1ª edição em 1918.

<sup>43</sup> Bandarrismo é relativo a Bandarra, vocábulo surgido no século XVII, cuja origem diz respeito a Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro e poeta português, que escreve trovas proféticas no XVI. Por extensão: adivinhar o futuro ou a atividade do adivinho ou vidente. Apud Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ojetiva, 2001, p. 394.

<sup>44</sup> Antônio Sérgio, “Interpretação não romântica do sebastianismo” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 243.

fatídicas circunstâncias, Felipe II de Espanha se fez rei de Portugal. E assim, do ‘Desejado’ rei menino brota a desgraça da sujeição a Castela.<sup>45</sup>

Sobretudo, “d. Sebastião é o bronze que vem encher – digamos assim – o molde do Encoberto e do Prometido, anteriormente preparado”.<sup>46</sup> Os opositores do domínio espanhol trataram de fazer crescer, a partir das trovas proféticas de Bandarra, a crença em um rei salvador de Portugal. Tais foram os primeiros sebastianistas! Ao longo do século XVI, ainda que Felipe II tenha promovido o resgate do corpo de d. Sebastião no Marrocos e o enterrado com pompa em Lisboa, surgem alguns pretendentes a Desejado. Cada novo impostor, quatro no total e dos quais três sequer eram portugueses, fortalece e divulga o mito sebástico que atinge o máximo de penetração nacional no século XVII, quando, aliás, d. Sebastião estava naturalmente morto.

Conclui-se, portanto, que os jesuítas catequizaram o povo no “profetismo” e usaram tal educação para legitimar atos políticos. Assim se consagra, por um lado, a idéia do rei salvador da nação e, por outro, a de Portugal como o reino onde se deve cumprir o quinto império. Destaca-se, nessa empresa profética, a obra do padre Antônio Vieira nas cortes européias, que, quando em missão de apoio à luta de d. João IV contra Felipe de Espanha, divulga a doutrina de que Portugal havia de cumprir do Brasil à Índia e a Macau, o reino do Prometido ou do Encoberto. Ou ainda, ser o domínio do “Espírito salvador” da cristandade. Mesmo depois da perseguição de Pombal aos jesuítas, sobrevivem promessas e esperanças e, no século XIX, o sebastianismo e o bandarrismo ressurgem para animar o povo português contra o domínio francês.

Mediante tal análise dos acontecimentos, Antônio Sérgio define o sebastianismo como a “consciência da queda, acompanhada da falta de verdadeira independência”. Isso acontece por quatro séculos, pois as condições nacionais ainda eram insatisfatórias ao “patriotismo”, mas

---

<sup>45</sup> Antônio Sérgio, “Interpretação não romântica do sebastianismo” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 243.

De fato Felipe II tinha uma justa ascendência: filho de d. Isabel de Portugal e neto materno de d. Manoel I, o Venturoso, mentor das viagens de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral.

<sup>46</sup> Antônio Sérgio, “Interpretação não romântica do sebastianismo” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 246.

também devido à pertinência das doutrinas de salvação de Portugal e da cristandade como promessa a se cumprir na história nacional. Quando o autor convoca os leitores à mudança da mentalidade dos portugueses, não abdica da doutrina da decadência, nem da regeneração da nação, nem da missão cosmopolita para a elite nacional. Deseja, tão somente, negar o sebastianismo em favor do “ensino do racionalismo de método”.<sup>47</sup> Por outras palavras, tem por fim preparar o ambiente para que floresça na elite o caráter descoberto na história contada por quatro séculos. Mediante a eficiência da doutrina da decadência, deve-se salvar a nação por afeição não à malfadada aventura marroquina, e sim à bem aventurada conquista de terras na América, África e Ásia, onde a cultura portuguesa se fixou e se desenvolveu.

Tanto que em “A conquista de Ceuta (ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)”, pergunta-se: “Por que se efetuou a tomada de Ceuta?”. Segundo o objetivo de acertar com “hipótese útil” certo tema de história, do mesmo modo que fizera no “problema dos sentimentos”, do apostolado social do poeta A. de Quental, da educação e da cultura, pois “por la boca de una sierpe de piedra sale un caño de agua”.<sup>48</sup>

A hipótese corrente para a conquista de Ceuta, a partir da crônica de Azurara, diz respeito à gesta bélica dos três filhos mais velhos do rei d. João I. Os príncipes lutavam contra os muçulmanos que controlavam aquele entreposto comercial. Para analisar a hipótese conhecida por toda gente em Portugal, apresenta-nos a narrativa do fato pelo cronista oficial Azurara e pelo historiador romântico Oliveira Martins. Cita longos trechos de ambos no intuito de contrastar as duas versões do fato.

Note que nem no caso do sebastianismo e do bandarrismo, nem no da conquista de Ceuta, trata-se de pesquisa heurística. Os fatos importam tão somente como o conjunto de aparências oferecidas pelo mundo e tornadas inteligíveis no processo histórico. No ensaio historiográfico dedicado ao sebastianismo, contra a concepção de Oliveira Martins, a doutrina

<sup>47</sup> Antônio Sérgio, “Interpretação não romântica do sebastianismo” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, pp. 249-250.

<sup>48</sup> Antônio Sérgio, “A conquista de Ceuta (ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 255

profética da salvação é analisada a partir da obra de João Lúcio de Azevedo. No ensaio sobre Ceuta, contrasta o cronista e o historiador para nos oferecer, digamos assim, outra hipótese de interpretação do fato que inaugura a história nacional.

Prossigamos no ensaio sobre Ceuta. Logo após as citações, sugere-se ao leitor que pense bem no que ali se apresenta. Primeiro: o “alto espírito de inteligência, de estudo, de organização, de tino” da “elite de príncipes e burgueses” que então governavam a nação. Segundo: a diferença entre a empresa de d. Sebastião e a de d. João, diferença que não esclarece, mas que, possivelmente, diz respeito à organização e o planejamento que levam ao sucesso dessa última e ao fracasso daquela outra. Também pode ser que se refira aos atributos associados a cada uma: Ceuta vem a ser o fato primeiro do Quinhentismo, tido como promessa que não se cumpriu; sebastianismo e bandarrismo vêm a ser a doutrina que se instala justo por carência da promessa, ou melhor, pela decadência decorrente da promessa não cumprida. Por fim, a terceira inquietação para o leitor: as dúvidas surgidas da leitura da crônica oficial, que, não lidas na história de Oliveira Martins, podem ser úteis. Por exemplo: a ida dos filhos ao rei para lhe propor a empresa, em vez da tradicional festa de armar cavaleiros; a presença do “vedor da fazenda”, como que por acaso, ao lado do rei quando os filhos lhe foram fazer a proposta; o planejamento da conquista correr escondido da rainha; a demora na decisão do rei. É bastante interessante que cada uma das dúvidas venha acompanhada por expressões de sarcasmo: “Inverossímil, suponho eu”; “Será de aceitar?”; “Não vos causa estranheza?”; “Poderia ser...”; “Incompreensível”.<sup>49</sup>

Depois de enumerar e comparar citações, para incitar o leitor à desconfiança, expõe algumas conclusões. A rainha sabia da empresa, mas não a aceitava. O “vedor da fazenda”, João Afonso, propôs de fato a empresa para o rei, significando ser coisa lucrativa para nobres e burgueses. Por conseguinte, a conquista de Ceuta não fora ato de vontade exclusiva do rei, e sim da classe que ele governava – a burguesia mercantil – pois tal cidade era um entreposto comercial aonde chegavam as

---

<sup>49</sup> Antônio Sérgio, “A conquista de Ceuta...” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, pp. 263 a 265.

caravanas vindas do Marrocos, Egito e outras partes do norte da África, além de ser vizinha de uma região produtora de cereais. Mediante a relutância do rei, João Afonso procura os príncipes para ajudar no convencimento do monarca. Os planos de conquista correram em sigilo, tendo sido precedidos de excursões ordinárias de mercadores à dita cidade. As dificuldades surgidas foram sanadas com o capital, os trabalhadores e os navios do comércio, visto que o rei fez empréstimos junto a diferentes mercadores do reino de Portugal e reinos amigos. A partir disso, escreve a “hipótese útil” da conquista que desperta a história da nação:

facultáramos à Europa os políticos e os homens técnicos, os organizadores e os cabos de guerra, os cientistas dos problemas práticos e os mestres marítimos de orientação científica – a elite, numa palavra.<sup>50</sup>

A hipótese útil que revive o pensamento de outros, ao escrever a história nacional, diz respeito à doutrina da decadência e ao caráter elitista. A contribuição verdadeiramente histórica do povo português está para a condição de elite na obra dos Descobrimentos ultramarinos, contudo, por graça da promessa não cumprida, segundo o que aí se fundou, a mentalidade, a formação ou a cultura autêntica vêm a ser a doutrina da decadência.

Daí Antônio Sérgio escrever que a elite dos Descobrimentos lega à atualidade a oportunidade de construir “uma grande comunidade ideal dos que falam a língua portuguesa”. Resta à elite da atualidade, mediante a reforma da mentalidade, “reaver o sublime dom de pôr a *clareza do entendimento*” a serviço da experiência.<sup>51</sup> Isso significa que, ao contar a história de Portugal, a obra deve deparar-se com dois aspectos: a doutrina da salvação, que corresponde à decadência decorrente do Quinhentismo, e o legado dos Descobrimentos, que diz respeito à grei de língua portuguesa. Por outras palavras, a sociedade empírica, que corresponde à promessa não cumprida, e a sociedade ideal, que está para a esperança da comunidade de cultura comum. Entre ambas corre a historiografia

<sup>50</sup> Antônio Sérgio, “A conquista de Ceuta...” in *Ensaios*, tomo I, Lisboa 1980, p. 269.

<sup>51</sup> Antônio Sérgio, “A conquista de Ceuta...” in *Ensaios*, tomo I, Lisboa 1980, p. 271.

reformista, a denunciar o estado atual das coisas por desejo ou esperança em futuro melhor.

### 3.2

#### Esclarecer para enraizar

Quis ser um pedagogo, e jamais um prosélito.  
Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento”, 1950.<sup>52</sup>

Na virada dos anos 50, escreve o ensaio “Notas de Esclarecimento”, publicado na revista *Portucale* e adicionado à segunda edição dos *Ensaio*s.<sup>53</sup> Esclarece-se a natureza da obra escrita, enquanto se avaliam as aspirações que levaram à escolha da carreira intelectual.

Por esses anos, no jantar em comemoração ao 1º de Maio de 1947, professa que as condições atuais de Portugal favoreciam a “realizações socialistas [...] pelo atraso e mesquinhez em que o nosso país vive ainda”. De fato, a atenção da elite intelectual do país fora alcançada, pois sua participação política não se restringia mais à herança familiar de militares e administradores devotados à causa liberal. As escolhas que fez na obra escrita, nos discursos, nas aulas que lhe deixaram reger e no exílio que lhe obrigaram, o convenceram da importância do “prestígio intelectual e moral”, e, enfim, tudo o afirmava como intelectual apto à execução das reformas tidas por necessárias. Passa a entender que ou os outros um dia lhe vêm procurar para oferecer aliança e poder, ou eles hão de tomar as melhores idéias e as usar no governo. Portanto, o esclarecimento dos *Ensaio*s, que se estende ao conjunto de toda obra, está envolvido nessa derradeira fase de apostolado cívico.<sup>54</sup>

Não bastasse isso, vale lembrar que os comentadores notam que as críticas à obra de Antônio Sérgio acirram-se nos anos 50. Justo quando, através das “Notas de Esclarecimento”, ele reitera o racionalismo como método a ser arraigado entre os portugueses, a necessidade da polêmica

<sup>52</sup> Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 208.

<sup>53</sup> Antônio Sérgio, “Prefácio da 2ª edição” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 03.

<sup>54</sup> Antônio Sérgio “Alocução aos socialistas. No banquete do Primeiro de Maio de 1947” in *Democracia*, Lisboa 1974, p. 105.

Nessa mesma palestra, escreve: “Se alcançardes o prestígio intelectual e moral – e uma organização bem cuidada – os outros um dia vos hão-de vir procurar, pedindo apoio e aliança, e até oferecer o comando; ou então os governantes vos hão-de tomar as idéias, para as colocar no governo, a comandar a Nação.” (p. 116).

frente à condição sonâmbula dos leitores, a faina da revolução cultural, o primado da experiência na criação das hipóteses, o “postulado da universal inteligibilidade” e, por fim, faz a apologia à independência, autonomia, anti-dogmatismo e anti-partidarismo de sua conduta. Exatamente tudo quanto lemos nos comentadores. Daí o ensaio de esclarecimento apresentar, ao lado dos lamentos de intelectual incompreendido, as vaidades de quem se considera precursor de “uma pedagogia ativa, na educação mental e no treino cívico”.<sup>55</sup>

Uma vez reconhecida a condição de precursor, avalizada por citações de João Lúcio de Azevedo, Malheiro Dias, Jaime Cortesão e Hernani Cidade, preocupa-se em deixar clara a singularidade da obra. De início, trata da acusação de cerrar horizontes e de apreender o racionalismo como “ideário de valores negativos”, feita por alguns leitores que compararam tal método à concepção de cultura desinteressada de André Gide. Apressasse em advertir que não só o racionalismo de método vem a ser um instrumento pedagógico, como também ele, Antônio Sérgio, “vai calmo e seguro numa larga estrada que é sua”. Sem meias palavras, faz a apologia de si mesmo frente a Gide, para que não voltem a tão descabida comparação, salvo pelo que ambos têm de comum com outros tantos: “a dose de racionalismo de método, de objetividade crítica, de superação pelo intelecto”. Atributos que hão de fazer das obras por eles escritas, “universalizáveis e utilizáveis por todos”.<sup>56</sup>

Ligada à peculiar produção dos *Ensaio*s, que diz respeito à elevação do talento à carreira intelectual, ou ainda, da condição de *gourmet* de idéias à de pedagogo da elite, nas “Notas de Esclarecimento” destaca-se ainda a busca por autoridade na própria obra e em físicos do século XX. Não se pode esquecer que mais da metade dos volumes que a compõem estão publicados. Do que decorre a confiança em si mesmo como intelectual de vanguarda. Todavia, no prefácio da 2ª edição do tomo II, logo após anunciar a inclusão do sobredito esclarecimento, descreve a

<sup>55</sup> Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, pp. 193 a 248.

<sup>56</sup> Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, pp. 243 e 194; “Repercussões duma hipótese: Ceuta ...” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 197 a 203; e, “Glosas sobre algumas pegadas...” in *Ensaio*s, tomo VII, Lisboa 1974, p. 39.

“mágoa” que lhe dói quando o atacam quase por esquecimento de “que navegam hoje” em “rumos” preconizados e abertos por ele.<sup>57</sup> Mágoa ou rancor que nos permite especular que, na medida em que nenhuma das polêmicas nas quais se envolveu leva à revisão de princípios, sempre se reitera hipóteses. Se ainda não vigora em Portugal a disciplina crítica, não se pode encontrar autoridade além da exemplaridade da elite de portugueses que pensaram e escreveram sobre tal ambiente de cultura, e naqueles europeus que correspondam ao espírito moderno identificado com o quinhentismo português.

O lamento faz, sobretudo, a inclusão dos que discordam ou questionam as hipóteses apresentadas. São vistos como opositores ou leitores ingratos e sonâmbulos a engrossar a “ordem de mobilização anti-sérgica”, que dá prova da necessidade da reforma e do que deve ser modificado.<sup>58</sup> Situação que não se pode encarar como adversa, visto que a controvérsia e a polêmica pertencem ao racionalismo de método que se quer arraigar. Tanto que escreve por essa época, no “Prefácio da 2ª edição” do tomo I:

Hoje, vejo aí adotada por melhores obreiros essa nova orientação problemática e crítica, - e que é, em suma, o ensaísmo, e aos próprios que se desvelaram em me contradizer ou atacar [...] os compeli por aí mesmo a virem labutar no meu campo, na minha revolucionária atmosfera.<sup>59</sup>

Anos antes das “Notas de Esclarecimento”, publicam-se as “Explicações a um catedrático de direito sobre a doutrina ética dos meus ‘Ensaaios’”, onde inaugura a inclusão negativa dos opositores. Aí o autor não começa por lástima e mágoa, nem se escusa a citar onde estão publicadas as críticas, o livro *Para além da Revolução*, ainda que guarde segredo do nome do autor. Em tom austero convoca o opositor para a aventura de se fazer esclarecer “nos pontos principais em que já encalhou”. Tais pontos, resumidamente, são: a consciência, a razão, a moral e a história. A consciência vem a ser donde parte e aonde chega, à proporção de que “tudo” está “concebido em termos de consciência”. No

<sup>57</sup> Antônio Sérgio, “Prefácio da 2ª edição” in *Ensaaios*, tomo II, Lisboa 1977, p. 03.

<sup>58</sup> Antônio Sérgio, “Prefácio da 2ª edição” in *Ensaaios*, tomo II, Lisboa 1977, p. 03.

<sup>59</sup> Antônio Sérgio, “Prefácio da 2ª edição” in *Ensaaios*, tomo I, Lisboa 1980, p. 45.

exame dessa mesma, encontra-se “irredutivelmente a formulação de um deve ser” que, por correspondência à razão, orienta as ações do indivíduo para a unidade e a universalidade dos valores do humanismo crítico. A orientação para a unidade, a que chama a “lei imanente do humanismo crítico”, submete a apreensão do passado, entre os “ocidentais da Europa”, menos em termos de reação e revolução do que na “idéia revolucionária dos homens de hoje” frente àquela dos homens do passado.<sup>60</sup>

Apesar da provocação que encerra o ensaio: “É já uma mania, o de matar o Sérgio [...] Mas ninguém me mata, nem me matará”, a tendência geral da obra convoca todos a serem inteligentes em seus ideais de revolução. Importa disseminar a “revolucionária atmosfera” de “problemática e crítica”. Ninguém entre a ordem dos “anti-sérgio” o mata porque a obra expande-se francamente, a fim de que aconteça a educação da elite intelectual portuguesa em sintonia com a essência descoberta na história nacional. Eis a certeza devotada à produção da obra *Ensaio*s e da História de Portugal, como também nos escritos políticos, pedagógicos e nas fábulas. Quanto mais o perseguirem, mais se comprovará a necessidade da revolução cultural. Se a autêntica “atividade” está para a “atividade psíquica ou mental”, o ato de pensamento que imita, na atualidade, reitera a “idéia revolucionária” e prepara o ambiente para a educação. Algo que se prova na vida de um membro da elite intelectual: o próprio Antônio Sérgio.<sup>61</sup>

Para educar a consciência formada por meio do conhecimento da história nacional, para além de qualquer temor espectral, deverá ter vida o desejo de superação expresso em cada ato que, por pensar o ambiente de cultura, exige outro estado de coisas. Temor e desejo somados à incompreensão e perseguição, prestam para mostrar que a experiência da

<sup>60</sup> Antônio Sérgio, “Explicações a um catedrático de direito sobre a doutrina ética dos meus ‘Ensaios” in *Ensaio*s, tomo VII, Lisboa 1974, pp. 145 a 158.

<sup>61</sup> Antônio Sérgio, “Prefácio da 2ª edição” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 45; “Explicações a um catedrático de direito sobre a doutrina ética dos meus ‘Ensaios” in *Ensaio*s, tomo VII, Lisboa 1974, pp. 152 e 165.

No “Prefácio da 2ª edição” do tomo V dos *Ensaio*s (1955), escreve: “Queixam-se os livreiros, a quem se pedem os ‘Ensaios’, da falta dos volumes que se esgotaram já: por onde logo concluíram alguns amigos meus que esses velhos escritos têm escapado à morte. *Yet living?* Parece que sim.” In *Obras Completas*. Lisboa: Sá da Costa, 1973, p. 03.

atualidade incita o conhecimento formulado por outros intelectuais ao longo de séculos, conquanto a elite da revolução contribui para a formação justo na “situação crítica”. Não por acaso, escreve no “Educação e filosofia”:

A filosofia [...] nasceu quando a evolução do povo grego o havia conduzido a uma situação crítica [...] a crise da Cidade acarreta a crise da Educação [...] O primeiro corpo de professores foi a primeira falange de ‘filósofos’; a primeira falange de ‘filósofos’ foi o primeiro corpo de professores.<sup>62</sup>

A necessidade de regeneração da nação, apresentada pelo ensaísmo, experimenta uma vez mais a rejeição de leitores ingratos sempre tão dogmáticos. Os “que o têm lido a dormir” não suportam ver, enfim, que a elite intelectual está destinada a guiar a grei como continente do conteúdo, sentido e pensado pela história. Cabe, por conseguinte, enfrentar, reclamar, lamuriar, irar os leitores para preparar o ambiente ou a situação crítica, onde a falange de pedagogos vai reformar a elite a fim de regenerar a nação.

Ora, os ensaios de esclarecimento e explicação assemelham-se, exceto em dois detalhes: primeiro, no tom da resposta – ainda jovem, se mostra evidentemente mais severo e até temerário; segundo, a “Explicação...” contém poucas citações enquanto as “Notas...” as possuem em grande variedade – cita Pascal, Boileau, Einstein, de Broglie, Ulinov, Claude Bernard, Descartes e Engels. A diversidade de autores não pode ser considerada incomum à obra, a maioria dos ensaios possui epígrafes de filósofos, físicos, matemáticos, poetas, críticos literários, historiadores, dramaturgos, cientistas políticos. Todas as epígrafes anunciam a hipótese a ser apresentada pelo ensaio que lhes segue. A epígrafe da “Explicação...”, por exemplo, anuncia que a postura do leitor atende às intenções do autor, que, em vez de ser desalento, realiza o objetivo da obra. Alguns ensaios têm várias pequenas epígrafes, como “O Reino Cadaveroso...”, e cada qual oferece um traço do que será discutido. Ambas – epígrafes e citações – correspondem à hipótese apresentada, a

---

<sup>62</sup> Antônio Sérgio, “Educação e filosofia...” in *Ensaaios*, tomo I, Lisboa 1980, pp. 133-134.

peculiaridade das citações está, no entanto, na baixa frequência com que ocorrem e na seleção de pensadores e cientistas modernos. Além disso, a citação não anuncia, certifica o anunciado. Enquanto a epígrafe cumpre o papel de arauto das hipóteses, a citação vem a ser o certificado das mesmas. Isso sobreposto à condição tardia das “Notas de Esclarecimento” (1950), indica que se tratava de certificar hipóteses anteriormente apresentadas e discutidas.

Tal qual na “Explicação...”, se sente vítima de muita incompreensão, mas agora a provocação transforma-se em lamúria. Amadurecido e se considerando isolado, lança mão das citações para explicar que, de fato, pretende arraigar o método racionalista. Preocupa-se em esclarecer que, apesar de ter nesse método o princípio da reforma almejada, isso não constitui qualquer dogma filosófico. Pelo contrário, defende a obra como ‘guia de ação’ social que atualiza conhecimentos pela experimentação.<sup>63</sup>

Trata-se de esclarecer os leitores na doutrina dos *Ensaio*s que preparam o ambiente para o cultivo da elite. A legitimidade da doutrina em filósofos e físicos, tidos como expoentes do pensamento moderno, afirma a excelência do método racionalista e da experimentação para a proposta pedagógica. Aliás, conforme o que lemos em “O Reino Cadaveroso...”, ensaio no qual a disciplina crítica e a “investigação experimental” são identificados ao quinhentismo e à “moderna mentalidade”. Se tal proposta está orientada para a formação dos portugueses segundo as raízes históricas da cultura autêntica, racionalismo e experimentação correspondem à revolução necessária aos intelectuais que devem guiar a nação. Apenas por essa doutrina, far-se-á a reforma da

---

<sup>63</sup> Antônio Sérgio escreve nas “Notas de Esclarecimento”: “O... o Professor Filólogo (chamemos-lhe assim), nas primeiras páginas do seu artigo, pronuncia um juízo de benignidade extrema sobre a influência exercida pelos meus *Ensaio*s [...]; no meio, atribui-me um acervo de trapalhadas tórbidas, que existem somente na imaginação do crítico [...]”. O maior dos problemas, entretanto, está nessa afirmação do Professor: ‘Os *Ensaio*s de Sérgio convidam à discussão [...] a maior satisfação do seu autor será verificar que foi atentamente lido...’ Paradoxalmente, Antônio Sérgio visa a provar que a obra de modo algum fora lida atentamente, apesar de ter feito nascer a tão almejada discussão. In *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 208.

Lê-se, no “Prefácio 1ª edição” do tomo I dos *Ensaio*s: “Hostilizado pelo maior número e forçado a alhear-me de todos os partidos, de todas as seitas, de todas as escolas, e das modas dominantes no meu país, a independência da minha crítica valeu-me o isolamento na sociedade [...]” (Lisboa 1980, p. 84.)

mentalidade ou da cultura, nos termos do que se encontra em quinhentos anos de história nacional.<sup>64</sup>

No conjunto da obra, conclui-se que racionalismo, experimentação e sensação pertencem à atualidade da filosofia e da ciência modernas. Todas as hipóteses apresentadas seguem a “moderna mentalidade”: por indução, as experiências põem em prova as hipóteses criadas; e por dedução, mostra-se a correspondência entre a hipótese criada e a experiência consumada. A verdade corresponde à coerência lógica entre hipóteses e experiências ensaiadas. Eis porque escreve: “As idéias são livres criações do espírito; e, apesar de o serem, descrevem a *realidade* deste nosso mundo”. As hipóteses, como “criações do entendimento”, nunca apenas refletem o mundo ou as coisas, isto é, os “concretos objetos de percepção”, “construídos pela mente, a partir dos dados dos sentidos”, mas compõem, sobretudo, a experiência na consciência. Nesse sentido, diz-se que ele nunca abandona a sentença de Duarte Pacheco: a experiência é madre das coisas.<sup>65</sup>

A máxima consequência disso está na admissão da sensação ao lado das afeições e das idéias como componentes incontestáveis da experiência. Na “plena consciência da nossa psique adulta”, de onde nunca sai quer a chame de “espírito”, “mente”, “intelecto”, “vida psíquica” ou “psicológico”, não distingue a experiência nem das “interpretações e idéias”, nem das “intuições sensíveis”. As hipóteses imaginadas, mediante experiências, fazem a “indestramável ligação do Sentir e da Idéia, sempre estruturada[s] por interpretações do intelecto”. Daí decorre, digamos, o formalismo ou idealismo de que o acusam segundo o que ele mesmo anuncia. Como, por exemplo, ao afirmar que: “A idéia, uma vez criada,

<sup>64</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 32. Em 1928 no prefácio da 1ª edição do tomo II dos *Ensaio*s, Antônio Sérgio escreve: “fazendo da pena uma charrua, e não um buril, trago um objetivo de ação prática, e é este volume uma contribuição [...] para o estudo da reforma da mentalidade e da formação social do Português.” (Lisboa 1977, p. 19)

Em vez de gravar na elite o modo de proceder, deseja oferecer um ambiente em que melhor se cultivem as raízes da intelectualidade nacional.

<sup>65</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” e “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, respectivamente, p. 32, e, pp. 209 e 241; e, “Explicações ... sobre a doutrina ética dos meus ‘Ensaios’” in *Ensaio*s, tomo VII, Lisboa 1974, pp. 149 e 151. Cita Duarte Pacheco: ‘a experiência é madre das coisas, e por ela sabemos radicalmente a verdade.’ In “O Reino Cadaveroso...”, op. cit., p. 34; e, *Obras Completas. Breve Interpretação da História de Portugal*. 10ª ed. Lisboa; Sá da Costa, 1981, p. 85.

serve de instrumento num experienciar ideal, que não é nada forçoso que venha a ser nutrido com quaisquer novos sinais de intuição sensível”.<sup>66</sup>

A hipótese de que a mentalidade dos portugueses espelha a decadência, onde cresce o desejo da salvação e a divinização do futuro, prova-se na atividade intelectual da elite. O que, por sua vez, diz respeito à transformação daquele que sente e pensa no objeto concreto aí construído. Antônio Sérgio passa grande parte da obra a responder quer aos críticos das hipóteses que ele mesmo apresenta, quer a explicações ou interpretações criadas por outros. Os problemas nascidos nas várias hipóteses levantadas vão sendo experienciados pela elite como o ambiente ideal para a revolução. A problemática entre diferentes hipóteses fertiliza tal ambiente e, por conseguinte, o estado de decadência. O que obriga ou exige da elite a criação constante de novas hipóteses que, evidentemente, reflitam a situação crítica ou a decadência. Mobilizam-se as forças de criação à semelhança do que acontecera anteriormente, pois não nos é permitido esquecer a sentença de Oliveira Martins: Portugal está morto e *Os Lusíadas* são seu epitáfio. O estado de decadência, por fim, enraíza a força criativa do intelectual na luta entre diferentes hipóteses tal qual experiência ideal.

Bom exemplo da dinâmica de criação mediante a luta entre hipóteses lê-se no ensaio “Questão prévia dum ignorante aos prefaciadores da Lírica de Camões”, em que se contesta o papel da mulher amada construído pelos prefaciadores da Lírica, José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira. Esses relevam a experiência sensível na formação da consciência refletida na poesia lírica de Camões. No ensaio, argumenta-se que tal explicação sensível importa pouco, pois o “drama íntimo, e a reação intelectual” sobrevivem à experiência com as mulheres por ele amadas. A leitura vulgar, crítica e alheia à condição de especialista em qualquer área, diz respeito à questão prévia expressa na problemática dos sentimentos, no exame de consciência e na teoria da “experiência sentimental” que na Lírica se descobre. Isso se o que permanece na obra não está para as mulheres amadas, mas sim para o amor, ou seja, se importa a permanência

---

<sup>66</sup> Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, pp. 210 a 213.

de certo estado íntimo, do qual dependem afetos trazidos à superfície ou nutridos por “novos sinais da intuição sensível”.<sup>67</sup>

Problematiza-se a associação entre “verdadeiro” e “sensorial” na hipótese dos prefaciadores, cujo argumento principal diz respeito ao “caráter profundamente sensorial da poesia de Camões”. Conforme a epígrafe de T. S. Eliot que anuncia o ensaio: ‘the emotion of art is impersonal’, associar verdade e sensação particulariza a arte e a ciência, o que contraria a “mentalidade moderna” identificada no quinhentismo português. A hipótese dos especialistas, por crerem que mediante a identificação da mulher amada se conhece a verdadeira motivação da Lírica, reduz a experiência íntima do poeta à vida particular de Luís de Camões. Totalmente oposto, enfim, à norma de estruturação dos *Ensaio*s, empenhada no florescimento da “pessoa *universal* capaz de compreender” o “ideal humano” de superação. A “mentalidade moderna”, prematuramente vivida pelo quinhentismo português, apreende a “civilização humana” qual “fenômeno uno” de superação pessoal das limitações sensíveis.<sup>68</sup>

Não por acaso a outra epígrafe do ensaio cita Camões: “Manda-me amor que cante o que a alma sente,/caso que nunca em verso foi cantado,/nem dantes entre a gente conhecido...”. Atar a Lírica ao sensorial, para Antônio Sérgio, equivale a negar a Camões qualquer influência das correntes neoplatônicas do Renascimento e colar à figura da infanta d. Maria a inspiração original da obra. O que desqualifica o próprio gênio do poeta que “cria para os portugueses uma língua escrita”. Percebe-se que, no aparato lírico de Camões, o autor do ensaio descobre o procedimento probatório da identificação entre o objeto construído pelo intelectual e o ambiente de cultura.<sup>69</sup>

<sup>67</sup> Antônio Sérgio, “Questão prévia dum ignorante aos prefaciadores da Lírica de Camões” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, p. 17.

<sup>68</sup> Antônio Sérgio, “Questão prévia ... da Lírica de Camões” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 12-13; “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 196; e, “Em torno da ‘História Trágico-marítima’ ...” in *Ensaio*s, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 82.

<sup>69</sup> Antônio Sérgio, “Questão prévia ... da Lírica de Camões” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, p. 12; e, “Em torno do problema da ‘língua brasileira’...” Lisboa 1937, p. 15.

A hipótese dos prefaciadores isola a obra do poeta em pitorescos fatos da história nacional, justo na época em que cabe “compreender a história de Portugal” na história da Humanidade. Aceitar que a obra de Camões se restringe a fatos da vida nacional contraria a concepção de que “não há histórias estritamente nacionais, senão que sim a história da civilização humana”. Eis a questão prévia que impede a aceitação da explicação sensorial dos prefaciadores! As hipóteses lançadas para a compreensão da obra de qualquer autor estão tanto mais preocupadas com a coerência entre as várias hipóteses que estruturam a revolução cultural. Visto que a verdade corresponde à coerência lógica entre distintas hipóteses ou idéias, num “experienciar ideal” apto a ser nutrido por “novos sinais de intuição sensível”, a obra escrita na língua criada por Camões há de ligar a revolução cultural à perpendicular da história nacional com a história da humanidade.<sup>70</sup>

Note bem, a importância dos poemas líricos e épicos de Camões dá-se na hipótese de que é legado um império de cultura à atualidade, e que tal império se origina e se mantém por meio da língua escrita criada pelo poeta. Lembremo-nos sempre que Antônio Sérgio luta pela grei que existe, sobretudo, quando considerado o todo de “sentimentos, idéias e *aspirações* comuns”. Por coerência, interessa-se pela lírica como expressão do sentimento nascido na ausência e convertido em reflexão. Mediante a ausência do ser amado, “o amor insiste em conservar-se”; contudo, “se conserva insatisfeito, porque aquela insatisfação é a sua essência”. Quando o que se ama não está mais ao alcance das sensações, atua a “congeminação” do poeta sobre afetos que dependem da consciência, ou seja, o conhecimento só de experiências feito.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> Antônio Sérgio, “Em torno da ‘História Trágico-marítima’ ...” in *Ensaíos*, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 80; “Prefácio 1ª edição” in *Ensaíos*, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 07 e 08; e, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaíos*, tomo II, Lisboa 1977, p. 213.

<sup>71</sup> Antônio Sérgio, *Pela Grei. Revista para o ressurgimento nacional, pela formação e intervenção de uma opinião pública consciente*, n. 1, Tipografia do Anuário Comercial, 1918, p. 01; e, “Questão prévia ... da Lírica de Camões” in *Ensaíos*, tomo IV, Lisboa 1981, p. 32.

A congeminação da lírica lhe permite afirmar que “na história sentimental de Luís de Camões existe um caso de consciência”.<sup>72</sup> Dito assim pelo poeta:

Transforma-se o amador na coisa amada,  
Por virtude do muito imaginar;  
Não tenho logo mais que desejar,  
Pois em mim tenho a parte desejada.<sup>73</sup>

O caso de consciência descoberto na Lírica, no entanto, faz surgir “uma dúvida grave”: se a imaginação cria um estado diverso do presente, pois faz presente o que está ausente, e se o projeta no passado e no futuro, “os bens” lançados para o passado como memória “foram presentes alguma vez? Ou não passarão eles de uma ilusão da esperança”, da mais “pura reversão operada” por “movimento prospectivo” do passado para o futuro? Pense: o amante torna-se o ser amado de tanto imaginar, tal qual lemos nos *Sonetos*, isso acontece por meio da ausência do ser amado e do desejo de lhe ter presente, logo, pode ser que aquilo tudo que se colocou no passado como memória do ser amado, seja nada além de esperança e desejo. Por outras palavras: “um bem passado, tornado agora pura esperança, um confiar ditoso” – isto é: sentimentos, aspirações e idéias em que se confia aventurosamente. Se, por ventura, trata-se do caso cantado pelo poeta que criou a língua escrita, na qual se fixa a comunicação entre os homens letrados de um povo, a lírica se traduz na própria atividade intelectual da elite portuguesa.<sup>74</sup>

Antônio Sérgio une outro princípio ao caso de consciência: o “anseio de evasão do espírito” mediante a ausência irrevogável do objeto amado. Do mesmo modo que “o amor de Deus é insatisfação do mundo”, a esperança e o desejo criados por meio da imaginação, e tidos por memória, traduzem a insatisfação do que está sendo vivido no ambiente. Se o que “eu amo amando é o próprio amor”, o que se pensa pensando é o próprio

<sup>72</sup> Antônio Sérgio, “Questão prévia ... da Lírica de Camões” in *Ensaio*, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 35-36.

<sup>73</sup> Luís Vaz de Camões, “Sonetos – 10” in *Camões: Verso e Prosa*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 34.

<sup>74</sup> Antônio Sérgio, “Questão prévia ... da Lírica de Camões” in *Ensaio*, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 46-47; e, “Em torno do problema da ‘língua brasileira’...” Lisboa 1937, pp. 13-14.

pensamento e não as coisas mesmas. Daí decorre que a atividade imaginativa do intelectual português, dada na mais pura necessidade de realização, obedece ao fluxo do pensamento ou das relações inteligíveis e não ao mundo empírico. Por isso, insiste o autor: “há a realidade física, que é independente de nós; essa realidade, porém, não se dá ao homem, não se reflete nunca nos nossos cérebros: estamos condenados a ter de adivinhá-la”.<sup>75</sup>

A presença do objeto amado cessa o fluxo do amor, porquanto possibilita o gozo sensível dos afetos. Do mesmo modo, a experiência suspende o fluxo da criação de hipóteses, visto que obriga a submissão das mesmas à realidade física não só adivinhada, mas também provada. A problemática intensamente vivida exagera a situação crítica, e, por conseguinte, esvazia a força criadora da própria crítica. Para que se possa voltar a desejar e a ter esperança, deve-se alienar do amado o amante. Por meio da ausência, alcança-se a imaginação, aqui tida por atividade inteligível. Os intelectuais vivem as coisas presentes como ideal, ou seja, como estado de decadência, ou ainda, ambiente no qual não mais se vive a glória dos tempos passados. A esperança e o desejo da glória passada só têm força para criar objetos de cultura quando o ambiente não traz à luz o objeto de pensamento, mas, tão somente, as várias relações com ele travadas.

Daí o retorno constante aos ensaios escritos, volta-se à Lírica de Camões para responder às “numerosas objeções” feitas ao “Questão prévia...”. Agora, a discussão vai se fixar no amor raro na humanidade, demasiado distinto da “paixão sexual” e do “instinto de reprodução”, contra a ilusão de se fazer reconhecer o amor da Lírica entre os “homens vulgares”. Por extensão, de se fazer reconhecer a dinâmica da cultura noutros, que não na elite de portugueses, que refletiram o ambiente. Os interlocutores não são mais apenas os prefaciadores, e sim os “compatriotas” que dividem a “espécie humana” entre “Emotivos e

---

<sup>75</sup> Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, p. 225; e, “Questão prévia ... da Lírica de Camões” in *Ensaio*, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 32 a 52.

Nesse mesmo ensaio, lemos: “Nunca na vida sentimental [da psique] encontramos um sentimento sobre um fato, mas uma idéia-sentimento sobre uma outra idéia. Conforme a altura donde vemos as coisas, somos uma idéia a idear idéias [...]” (p. 49).

Intelectuais, homens dotados de Sensibilidade e homens fornecidos de Inteligência”. Empenha-se em convencer todos de que as emoções participam do racionalismo de método. Por isso, a congeminação amorosa de Camões vem a ser tão importante para o intelectual. Interessa-lhe a experiência íntima do poeta, porquanto vale mais o “sistema de juízos do Camões” e o exame das doutrinas acerca das quais a Lírica se presta à especulação.<sup>76</sup>

Antônio Sérgio reitera que a “Realidade filosófica ou científica é uma construção de inteligência [...] a partir das aparências da sensibilidade, que o Senso Comum considera reais”. Entende então que cabe aos intelectuais, filósofos, cientistas, artistas, generalizar a reação contra as aparências por uso da linguagem corrente. Isso acontece, por exemplo, com a teoria heliocêntrica de Copérnico que, apesar de contrária à experiência vivida por todos nós, fora expressa por frases da linguagem comum. As teorias modernas ou a “mentalidade moderna” não nos descrevem o mundo empírico, antes pensam a realidade como “aparências” das quais abstraem hipóteses. Para tanto, empregam a linguagem comum e lançam mão da “experiência concreta” donde deduziram “a interpretação abstrata [(formal)]” tal qual lemos na Lírica.<sup>77</sup>

A fim de perseverar no esclarecimento da doutrina que orienta os *Ensaio*s, escreve “Migalhas de filosofia. Em palestra amena com realistas comuns, com bergsonistas e com empiristas lógicos”. O item primeiro desse ensaio determina que o filósofo tem a “capacidade de elucidar idéias”, pois “filosofar é lançar certa luz nos domínios das idéias fundamentais”. Lança-se luz apenas nos domínios das idéias porque não existe experiência sem intervenção do intelecto. Daí afirmar: “sensação não é ainda experiência”, se “todo pretense dado é já relativo à inteligência, à criação intelectual, à razão”. A partir do que não se admite qualquer objeto absoluto. Sendo assim, declara:

---

<sup>76</sup> Antônio Sérgio, “Apêndice ao ensaio sobre a Lírica de Camões” in *Ensaio*s, tomo V, Lisboa 1973, pp. 211 a 214.

<sup>77</sup> Antônio Sérgio, “Apêndice ao ensaio sobre a Lírica de Camões” in *Ensaio*s, tomo V, Lisboa 1973, pp. 215-216.

parece-me que se poderá claramente compreender que o idealismo epistemológico dos meus escritos é, antes de tudo, uma rejeição do empirismo – quer dizer, da doutrina que admite a existência de um mundo dado à mente [...] O pensamento [...] é essencialmente ‘hipóteses’, invenção de fundamentos.<sup>78</sup>

A produção da obra dedicada à introdução do racionalismo de método, para a revolução da mentalidade dos portugueses, primeiro, não reconhece a existência de um mundo dado à mente; segundo, toma o pensamento como invenção de fundamentos ou hipóteses que constroem experiências. Acredita-se que a inteligência para o empirista e, por decorrência, para o sensualista e realista, dá-se por reflexo do mundo. O que ele crê estar em correspondência com a lógica de Aristóteles, onde “a essencial operação do intelecto” está para a atribuição de predicados a um sujeito, ou seja, para a composição de proposições.<sup>79</sup> A inquietação do autor diz respeito à condição propriamente anterior de toda criação intelectual que abstrai da experiência sem se subordinar quer ao mundo empírico, quer ao jogo silogístico. Ao distinguir entre sensualistas, realistas e empiristas, aqueles que acreditam que o mundo se dá à mente, e idealistas epistemológicos, aqueles que defendem a criação intelectual como meio para conhecer, só captura características para a distinção entre os discípulos da ignorância ou das trevas e os da inteligência ou das luzes. O que nos permite confirmar quão simplificadoras são as polarizações que constrói.

O idealismo epistemológico “inspirado em Kant e em Platão”, tal como adverte no “Prefácio da 2ª edição” do tomo I, pretensamente superior às lutas partidárias, deseja fugir à lógica abstrata, classificadora e discursiva. Por rejeição dos “dados da intuição sensível como a Estética Transcendental” os apresenta, interpreta as “Formas platônicas como relações que estão no devir imanentes, exemplificadas a primor pelas equações da física, pelas da geometria analítica”. O pensamento, faculdade criadora de hipóteses em devir imanente, deve antes “relacionar”, “ligar a parte ao respectivo todo por meio da clareza de uma relação mental”.

<sup>78</sup> Antônio Sérgio, “Migalhas de filosofia. Em palestra amena com realistas comuns, com bergsonistas e com empiristas lógicos” in *Ensaio*, tomo VII, Lisboa 1974, pp. 185 a 190.

<sup>79</sup> Antônio Sérgio, “Migalhas de filosofia...” in *Ensaio*, tomo VII, Lisboa 1974, p. 194.

Visto que, primeiro acontece a síntese do diverso, e só posteriormente a análise, isto é, as partes analisadas por várias relações desenvolvidas ao longo do fluxo contínuo do pensar, que pertencem a algum conceito como todo único e sintético. Nessas condições, “um dever-ser racional” torna-se o ponto de partida de toda investigação científica e moral, se a razão “é esse mesmo instinto de unidade inteligível” ou o movimento que parte da unidade e a tal retorna por necessidade.<sup>80</sup>

A investigação científica, conforme os fundamentos aqui apresentados, vem a ser “essencialmente ativa, temerária, aventureira, paradoxal, profética”, ultrapassa a “intuição dos sentidos” e fabrica “idéias ou relações mentais”. Enfim: “o intelecto aventura-se [...] A faina do investigador é uma arrancada heróica contra a experiência bruta que pretende iludi-lo”. Sendo assim, o racionalismo de método está fundamentado na revolução do conhecimento tal qual se fez pelo *Discurso do Método* de René Descartes e pela *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant. Acredita-se tanto na ilusão criada pelo mundo empírico nos sentidos ou na sensação, quanto na regulamentação do conhecimento a partir de regras formais para o pensamento. Daí ressaltar que não desacredita na “substância”, porquanto algo deve subsistir no fluxo constante das coisas percebidas, ou seja, no fluxo da percepção, contudo, isso não é “coisa” e sim “idéia”. Interessa-lhe a “lei” de formação ou a norma das relações inteligíveis que nunca passam. Por conseguinte, a verdade não está para a justa correspondência entre idéias e coisas, hipóteses e experiências, idéia e mundo, senão para “uma harmonia progressiva de idéias”.<sup>81</sup>

Antônio Sérgio traz para a formação do intelectual português a obrigação do pensamento metódico, porque entende que o racionalismo idealista rege o conhecimento moderno cuja forma fora antecipada pelo quinhentismo português. Por inspiração em Platão, Descartes e Kant, o autor faz o elogio da congeminação amorosa na vida íntima do poeta lírico para exemplificar a conduta intelectual profetizada no século XVI. Essas inspirações filosóficas, tomadas em migalhas, construíram “livremente” o

<sup>80</sup> Antônio Sérgio, “Prefácio 2<sup>a</sup> ed.” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, pp. 33-34; e, “Migalhas de filosofia...” in *Ensaio*, tomo VII, Lisboa 1974, pp. 194-195.

<sup>81</sup> Antônio Sérgio, “Migalhas de filosofia...” in *Ensaio*, tomo VII, Lisboa 1974, pp. 196 a 210.

que ele mesmo denomina de um “platonismo próprio (que resultou kantiano; porém, de um kantismo mais puro que o do próprio Kant, ou de ‘kantismo ideal’[...])”. Ocorre, todavia, que tal kantismo tão puro provém não da leitura dos filósofos, mas da “reflexão pessoal sobre a geometria analítica e sobre a física matemática” realizada nos cursos da Escola Politécnica.<sup>82</sup> Não existe intenção, portanto, de adotar e ensinar qualquer sistema filosófico; os *Ensaio*s e a História de Portugal estão alienados na constatação e denúncia da situação crítica como único ato possível de cultura.

A produção da obra escrita se orienta pela reflexão surgida de estudos técnicos e guia a elite para a noção de que a razão necessita menos da busca da verdade do que do descobrimento do significado de determinadas idéias, arbitrariamente selecionadas na cadeia diacrônica da tradição identificada ao quinhentismo. Daí escrever: “o significado da Caverna Platônica” deve “mostrar que o ato da inteligência é voltar as costas às imagens do espaço”, ou ainda, “foram a matemática e a física matemática que apegaram o meu espírito ao Platão da *Caverna*”. O significado do ato de deixar a caverna e se mover para a luz vem a ser tudo quanto o autor procura descobrir na rejeição da intuição sensível da Estética Transcendental e na reiteração de que o intelecto se pode enganar na experiência bruta, pois acredita que o conhecimento moderno corresponde ao racionalismo.<sup>83</sup>

As contradições que surgem entre o elogio moral aos empiristas ingleses e a exaltação do idealismo epistemológico não empirista, sensualista e realista, sucumbem diante da seleção das migalhas úteis à apresentação do racionalismo. Trata-se de repetir o procedimento desmitificador da razão esclarecida, o método pelo qual se lança mão de técnicas eficientes para o crescimento do capital intelectual dos portugueses. Embora entenda que nos sonetos da Lírica de Camões está a

<sup>82</sup> Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 230.

<sup>83</sup> Antônio Sérgio, “Em torno da ‘Ilusão Revolucionária’ de Antero” in *Ensaio*s, tomo V, Lisboa 1973, p. 144 e “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 230.

Lembramo-nos, nesse ponto, de Hannah Arendt: “a necessidade da razão não é inspirada pela busca da verdade, mas pela busca do significado”. In *A vida do espírito. O pensar, o querer, o julgar*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993, p. 14.

experiência íntima do poeta que cria a língua escrita para cantar a aventura dos Descobrimentos, concentra-se na épica o sobredito capital. A investigação científica reivindicada pelos *Ensaios* e pela História de Portugal vem a ser a aventura temerária e heróica, que cumpre a congeminação das experiências, a espelhar o sentimento e a reflexão da história nacional na formação profetizada. Por decorrência, se nas migalhas de filosofia encontra-se o significado da Caverna de Platão como ato de inteligência que se estende pela cadeia de filósofos racionalistas e idealistas, talvez se possa explorar o significado da aventura dos Descobrimentos na obra de alguns poetas, romancistas e historiadores portugueses.

Quase como um anúncio do que posteriormente se desenvolve na produção da obra, escreve em artigo publicado na *Lusitânia* em 1924:

Não chamemos, pois, à ressonância sentimental profundidade de pensamento, nem idéia à emoção. [...] a obra do profundo poeta desperta maior número de emoções filosóficas, de certas atitudes sentimentais profundas, a obra do filósofo crítico desperta maior número de idéias filosóficas, de noções sistemáticas sobre a vida. [...] O pensar é um ‘extrato do pensar-sentir’.<sup>84</sup>

Note bem, congeminar como ‘extrato do pensar-sentir’ ou criação do ‘sentimento-idéia’, diz respeito à experiência que incitou o estado vivido quando os objetos de afeto ausentaram-se. Tal incitação nasce a partir das sensações que concatenaram vários afetos aleatórios no objeto chamado de decadência ou situação crítica. Se, por um lado, os afetos se fazem necessários ao deslanche da congeminação, por outro, isso não depende desses mesmos afetos. A matéria do fenômeno amoroso acontece apenas mediante o amor depois de experimentado em alguma mulher, tal qual a matéria dos fenômenos empíricos para a ciência acontece mediante o conhecimento nascido da experiência. A forma de quaisquer dos fenômenos dá-se antecipadamente quer pelo amor, ‘certas atitudes sentimentais profundas’, quer pelo raciocínio, ‘noções sistemáticas’, e isso

---

<sup>84</sup> Antônio Sérgio, “Notas de literatura. *Os pescadores*, por Raul Brandão” in *Ensaios*, tomo III, Lisboa 1980, pp. 82 e 83.

vem a ser o que torna possível a concatenação dos afetos ou do diverso da intuição empírica.

Resta, enfim, a necessidade de superação da prisão sensível imposta pelo ambiente, à semelhança da alegoria da caverna. Ocorre que tal só acontece na atividade intelectual da elite, ou seja, naqueles participantes da disciplina de Camões, os criadores de formas que comunicam, ao longo de séculos, a congeminação própria ao gênio de seu povo. Como por exemplo, Antero de Quental, que, ao lograr sondar e medir o “mundo mental” por “humanismo heróico e intelectualista”, faz subir “a poesia no nosso país”. Poeta duplo, no entanto, apolíneo e noturno, ora dominado pelo “espírito crítico de filósofo”, ora pelo “temperamento mórbido do homem”.<sup>85</sup>

Ao ir fundo na “reflexão do pensamento” e do sentimento, Quental finda por encontrar antinomias “que nos dão com insistência a sugestão de um naufrágio”. Na busca de “o céu da Idéia” na consciência, na “reflexão do espírito sobre o próprio espírito”, tanto nos *Sonetos*, quanto nas *Odes Modernas*, acaba por se dilacerar em caminhos “radicalmente opostos”. Segue, assim, por “onde o pensamento dos filósofos tem singrado”: o das “doutrinas que se inspiram da interioridade e do espírito” e o das “doutrinas que se voltam para a aparência física”.<sup>86</sup> E, por uma vez mais, transforma-se o amante na coisa amada de tanto imaginar: a problemática proselitista entre o partido das luzes e o das trevas, o da razão e o da sensação, o da inteligência clara e o do sentimento obscuro, dá forma a sua poesia.

O naufrágio do poeta corresponde à situação crítica, reiteradamente, problemática ou polêmica. Se tal situação obriga que se traga para Portugal a atualidade do conhecimento, todos que o fizeram ou foram perseguidos e exilados, ou morreram na mais torpe miséria pecuniária, umas vezes, emocional, outras. Com Quental não foi diferente: ele se exilou, adoeceu e suicidou-se. A história da nação nos surge como a mãe que, à semelhança dos canibais ameríndios, carrega no pescoço os dentes

<sup>85</sup> Antônio Sérgio, “Os dois Anteros (O luminoso e o Noturno)” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 131 a 142.

<sup>86</sup> Antônio Sérgio, “Os dois Anteros...” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 152 a 158.

caídos ou arrancados dos filhos tornados inimigos quando ousaram pensar o ambiente de criação. E o preço pago pela ousadia da superação em si mesmo do que vem a ser comum a todos, não pode ser menos que a morte.

Não por acaso, no ensaio “Os dois Anteros” apresenta-se a importância moral da morte. Pela consciência da morte física, a experiência de ser mortal, todo homem toma em si o “sentimento bastante forte” da “relatividade do seu próprio ser”. Na medida em que “a moral consiste, essencialmente, em subordinar-se o procedimento de cada um de nós à idéia de um todo em que deve integrar-se”, aquele que se supera pelo conhecimento da mortalidade transforma a admissão da “relatividade do eu” em exigência de se viver para o eterno, para as gerações futuras, para o porvir. O apelo ao “Destino”, para que a “obra escrita se não exaure de todo nestes dias de hoje”, cumpre nada mais que o significado da história de Portugal para a elite intelectual dos tempos de decadência.<sup>87</sup>

Verifica-se que o ideal epistemológico do racionalismo de método decorre, imperativamente, da faina que Antônio Sérgio toma para si a partir da historiografia portuguesa do século XIX. O modo como a obra escrita conduz para, digamos, a “revolução cultural”, não contesta nem a gênese da nação no fato histórico das navegações marítimas, nem a doutrina da decadência na escrita da história nacional. Como lemos em “Repercussões duma hipótese: Ceuta, as navegações e a gênese de Portugal”, as empresas marítimas que costeiam a África, atingem a Ásia e tomam posse da costa oriental da América ao longo dos séculos XV e XVI, compõem fato verdadeiramente histórico, e isso deve bastar à criação da nação. Aí está a gênese histórica, o que vem depois: o fracasso da expedição de d. Sebastião, o sebastianismo e as obras escritas para contar a glória dos navegadores, concatenam o processo de decadência. A formação do povo português não diz respeito ao fato, mas sim ao processo de decadência e falta de glória a que se remetem os intelectuais. Nesses termos, se o fato histórico está para o feito heróico de homens práticos, a

---

<sup>87</sup> Antônio Sérgio, “Os dois Anteros...” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 150-151; e, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 245.

escrita da história nacional corresponde ao ressentimento de homens teóricos.<sup>88</sup>

De fato não existe qualquer razão que dê causa justa ao feito dos Descobrimientos portugueses. A sociedade no reino de Portugal compunha-se de nobres, clérigos e camponeses, pouco ou quase nada diferente do restante da Europa medieval. Ainda que tenha sido o primeiro “estado-nação” do continente, isso não lhe oferece qualquer peculiar e notável desenvolvimento social e econômico. Os camponeses portugueses estavam submetidos ao mesmo sistema de cultivo da terra e pagamento de obrigações ao clero, ao senhor e ao rei que outros europeus. Nas maiores cidades do reino, Lisboa e Porto, existia uma classe intermediária, composta por artesãos, comerciantes, advogados, médicos e funcionários da Coroa. Entre esses, principalmente em Lisboa, os comerciantes destacavam-se por sua importância, pois disputavam com estrangeiros, muitas vezes com sucesso, os privilégios oferecidos pelo rei. Se disputavam com estrangeiros, tinham as mesmas condições sociais e políticas que os demais. O comércio português incluía-se de modo modesto nas rotas entre Marrocos, o Mediterrâneo e o norte europeu. As corporações de ofícios eram hierárquicas como outras tantas pela Europa, artesãos e trabalhadores urbanos reunidos controlavam, simultaneamente, preços, produtos e atividades.<sup>89</sup>

---

<sup>88</sup> Antônio Sérgio, “Repercussões duma hipótese: Ceuta ...” in *Ensaio*, tomo IV, Lisboa 1981, p. 194.

Charles Boxer escreve: “Foram os pioneiros portugueses e os conquistadores castelhanos da orla ocidental da cristandade que uniram [...] os ramos enormemente diversificados da grande família humana. Foram eles, ainda que vagamente, os primeiros a tornar a humanidade consciente de sua unidade essencial.” In *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 16.

<sup>89</sup> Ainda que Antônio Sérgio discordasse disso, conforme o que lemos no ensaio “Em torno da ‘História Trágico-marítima’...”: “Precisavam os europeus desencantar outra rota: e os mais bem colocados para trabalhar nesse empenho eram decerto os europeus deste nosso rincão português, nele acompanhados por outras gentes da Europa habituadas às práticas da navegação e do tráfico...” In *Ensaio*, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 113.

Segundo Charles Boxer, Portugal participava, ordinariamente, das rotas de comércio entre o norte da Europa e da África e o Mediterrâneo. Exportava para Flandres, Inglaterra, Marrocos e pelas águas do Mediterrâneo: sal, peixe, vinho, azeite, frutas, cortiça, favas e couros; e importava do norte europeu e africano: trigo, tecidos, ferro, madeira e metais. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo 2002, pp. 18 a 21.

Mesmo com o êxodo rural, nos séculos XIII e XIV, a maioria absoluta da população portuguesa habitava o campo. Apesar da enorme importância do mar na história nacional, Portugal sempre teve uma grande população de agricultores e muitas vezes careceu de marujos hábeis. Além disso, apenas Lisboa e Setúbal apresentam boas instalações naturais para portos. Se a ordem social, política e econômica nada tem de excepcional, a ponto de explicar o advento das navegações a partir de Portugal, muito menos a vida intelectual. A Universidade de Lisboa, guardada a antiguidade da fundação em 1290, não era reconhecida pelo papado como centro de formação teológica. Tanto que, em fins do século XIV, o papa Clemente VII negou aos teólogos ali graduados, a licença para lecionar em qualquer lugar.<sup>90</sup> Enfim, como escreve Fernando Pessoa, em *Mensagem*:

Todo começo é involuntário.  
Deus é o agente.  
O herói a si assiste, vário  
E inconsciente.<sup>91</sup>

O começo involuntário serve para Antônio Sérgio caracterizar os portugueses como “povo realmente *histórico*”. Isso se prova na inserção da história nacional no acontecimento “de passagem da economia agrícola e local da primeira parte da Idade Média para a economia burguesa, comercial, marítima” própria à era moderna.<sup>92</sup> Ora, uma vez reconhecido o mistério que envolve todas as nações – “As nações todas são mistérios./Cada uma é todo o mundo a sós.” –,<sup>93</sup> importa tão somente seu significado para a formação ou a cultura, ou seja:

O concurso dos Descobrimentos para o surto do espírito europeu moderno, para o desenvolvimento do humanismo, para a criação do senso crítico, para a queda do princípio de autoridade na ciência e na filosofia.<sup>94</sup>

<sup>90</sup> Charles R. Boxer, *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo 2002, pp. 21 a 27.

<sup>91</sup> São Paulo 1998, p. 23.

<sup>92</sup> Antônio Sérgio, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, p. 01.

<sup>93</sup> Fernando Pessoa. *Mensagem*. São Paulo 1998, p. 24.

<sup>94</sup> Antônio Sérgio, *Breve Interpretação ...* Lisboa 1981, p. 84.

A “obra interior e mental [formal]” que intenta produzir, imita a mentalidade da elite quinhentista. Assim como Duarte Pacheco e Garcia Orta escreveram para contestar as autoridades antigas porque experimentaram o mundo novo, também a obra que se quer um clássico da cultura em Portugal deve contestar e “propor problemas”. Ocorre que a disciplina ou o procedimento descoberto no quinhentismo projetava-se na Europa, ambos os quinhentistas mostraram, pela experiência, que os antigos textos gregos, romanos e escolásticos erravam e, por isso, mereciam alguma correção. Ao passo que a denúncia do século XVIII tem incidência apenas nacional. Se a decadência está na épica e na lírica de Camões, no canto lamentoso da aventura que passou, o apelo de Verney pela reforma educacional em Portugal não ultrapassa o pátio da nação. Na condição da “missão histórica da nacionalidade” ter sido “inaugurar o Cosmopolitismo”, a inexistência de indivíduos em Portugal com projeção européia constitui a crise moral do povo português. Não se procede por superação, fica embotado e retardado na posse da lembrança do feito histórico.<sup>95</sup>

A luta por construir uma escrita que imita a norma de produção das grandes obras nacionais necessita do significado posto na gênese da nação: onde nada se pode explicar de fato. A condição histórica do povo tem de ser, inicialmente, sentida em cada intelectual, onde a lei de formação das grandes obras da cultura portuguesa se cumpre; em seguida, deve ser pensada na inserção política ou moral da elite intelectual, a partir da consciência do fim ou da morte que a herança dos Descobrimentos oferece a cada um e que leva à relativização diante do povo. Como um facho de luz, aquele que aprecia em si “a atividade intelectual”, “a crítica” e “a problemática”, reconhece a atitude da elite à qual pertence e, mediante tal condição, age no ambiente comum a todos. Doravante, ou a formação do educando cumpre a cultura quinhentista, ou não se pode dizer cultura

<sup>95</sup> Antônio Sérgio, “Repercussões duma hipótese: Ceuta ...” in *Ensaio*, tomo IV, Lisboa 1981, p. 218; e, “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 77. Fernando Pessoa escreve: “A nossa crise moral é que desde 1580 [...] deixou de haver indivíduos em Portugal para haver só portugueses. [...] Foi então que começou o português à antiga portuguesa, que é mais moderno que o português, e é o resultado de estarem interrompidos os portugueses. A nossa crise intelectual é simplesmente o não termos consciência disto.” “Entrevista sobre a arte e a literatura portuguesas” in *Crítica. Ensaio, artigos e entrevistas*, Braga: Assírio & Alvim, 1999, pp. 195-196.

portuguesa. Só após embarcar na cultura assim iluminada pode “um espírito” autenticamente português meter-se “à vaga corajosamente” e deitar os ensaios dedicados ao problema da mentalidade portuguesa “pela borda fora”, pois se sentirá como a esquadra de Vasco da Gama na épica de Camões: “entre mar e céu”. Intrigante, no entanto, que a viagem de Gama seja apresentada como fim dos navegadores criados na escola do infante d. Henrique:

Foi Bartolomeu Dias [...] o último representante do tipo de descobridor, criado pelo infante d. Henrique: homens de condição modesta, dedicados às coisas do mar. Agora, com efeito, já se não tratava de descobrir: pretendia-se organizar na Índia a compra e expedição das mercadorias, e negociar diplomaticamente, para esse efeito, com os soberanos orientais. O rei, por consequência, não escolheu um homem do mar para chefe da expedição, mas um nobre, capaz da categoria de seu enviado: Vasco da Gama.<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> Antônio Sérgio, *Breve Interpretação...* Lisboa 1981, p. 59; “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, p. 02.

Luis Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, pref. de Álvaro J. da Costa Pimpão, 3ª ed. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto Camões, 1992, p.123 (canto V, estrofe 3).

### 3.3

#### O reino dos excepcionais

O espírito português do Quinhentismo – foi promessa que se não cumpriu. Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”, 1926.<sup>97</sup>

A obra escrita para chamar a atenção da elite intelectual quer restituir a nação à glória histórica. Tal qual outros representantes da geração contemporânea ao advento da República portuguesa, também aí a história nacional serve de instrumento para a educação do povo. Isso acontece porque o desejo de regenerar a nação não só se enlaça à lembrança da “gênese de Portugal” no século XV, quanto atrela a educação ao significado dos Descobrimentos para a história da humanidade.

Antônio Sérgio tem, então, algo a contar: a epopéia dos portugueses “excepcionais” na época da decadência. No entanto, enquanto alguns contemporâneos desejam saudar os áureos tempos passados, os *Ensaio*s e a História de Portugal pretendem experimentar a cultura vivida desde fins do século XVI. A aptidão para tal tarefa não diz respeito a qualquer inovação de método ou teoria, nem inaugura novo caminho, nem toma longa distância para observar. À semelhança dos trabalhos historiográficos redigidos no período, seguem os ganhos críticos, factuais e interpretativos, de Alexandre Herculano e Oliveira Martins.<sup>98</sup> Como está escrito no ensaio “O Reino Cadaveroso...”, não se trata das causas da morte do “espírito

<sup>97</sup> *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 27.

<sup>98</sup> Um bom exemplo disso, percebe-se na importância atribuída às condições econômicas, que lemos nas hipóteses sobre a movimentação das populações europeias em terra e para o mar, na conquista de Ceuta e no movimento político e social que leva ao poder d. João I.

Antônio Sérgio, “Despretenciosos informes sobre lusitanos e romanos destinado a um compêndio popular de História de Portugal” in *Ensaio*s, tomo VIII, Lisboa 1974, pp. 09 a 11; “A conquista de Ceuta...” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, pp. 266-267; “Repercussões duma hipótese: Ceuta ...” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, p. 193; “Sobre a Revolução de 1383-85” in *Obras Completas. Ensaio*s, tomo VI, 3ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980, pp. 123-124; e, “Em torno da ‘História Trágico-marítima’ ...” in *Ensaio*s, tomo VIII, Lisboa 1974, pp. 113 a 142.

crítico”, mas sim da lembrança de sua curta história e das tentativas de o fazer ressuscitar.<sup>99</sup>

A noção de decadência, aqui referida, encontra-se na conferência “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares” de Antero de Quental. Afirma-se aí que a decadência dos povos peninsulares, Portugal e Espanha, vem a ser o “único grande fato evidente e incontestável que nessa história aparece aos olhos do historiador filósofo”.<sup>100</sup> O que se prova quando se opõe atualidade e passado, não por dogmática, senão para incitar discussões sobre as condições contemporâneas da nação portuguesa. A conferência visa, afinal, discutir a principal característica da história portuguesa: as navegações e a decorrente decadência da cultura nacional desde a segunda metade do século XVI.

As navegações vêm significar quanto o “gênio” português assimila sossegadamente o estrangeiro. Mantém-se a peculiar democracia entre os que lutam, conquistam e enriquecem, os títulos nobiliários generalizam-se, mas o povo não se torna mais nobre por isso. Portugal, muito pelo contrário, se transforma na sociedade de nobres que ostentam e mendigam, qual parasitas a quem o trabalho envergonha. Enquanto outras nações se enriquecem com as conquistas lusitanas, criam indústrias e trabalho, Lisboa se torna a capital da esperança por glória, entre os que desejam partir para além-mar, e a desilusão dos que voltaram tão pobres quanto antes. Na vanguarda do estrangeiro europeu, a nação se projeta para o mar; na conquista do estrangeiro oriental e ocidental, a nação regride a reino portugalense.<sup>101</sup>

<sup>99</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaios*, tomo II, Lisboa 1977, p. 28.

<sup>100</sup> Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Guimarães, 2001, p. 17.

<sup>101</sup> Em 1940, no “Prefácio” à obra *O mundo que o Português criou...* de Gilberto Freyre, Antônio Sérgio escreve: “Favoreceu-os [aos portugueses], em suma, na obra de colonização na sul-América, a característica *plasticidade* da sua índole, a qual dimanava de uma singular riqueza de antecedentes étnicos e de cultura, e caberia acentuar que os colonizadores do Brasil, nos séculos de Quinhentos e de Seiscentos, foram na maioria portugueses típicos e portanto mestiços [...] a que chamaria eólicos um espírito dominado pelas reminiscências gregas: de complexa ascendência, de cultura mixta.” *O mundo que o Português criou. Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*, pref. de Antônio Sérgio, Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 14.

Consoante isso, a constatação de Luís Mendes de Vasconcelos em 1608, em *O Sítio de Lisboa*, concentra as “linhas fundamentais” da nação após o quinhentismo: ‘A conquista da Índia não nos deu campos em que semeássemos [...] nem lavradores que cultivassem

“O Reino Cadaveroso...” nos apresenta o modo como a história nacional, assim contada, vem a ser reiterada e legada “aos futuros investigadores portugueses”. Não se questionam as hipóteses presentes na conferência de Quental, porque se aceita, de bom grado, a tese da gênese heróica da nação e a tragédia dos acontecimentos posteriores. Mesmo a falta de gênio aventada por Oliveira Martins não vem a ser tomada a sério, pois, uma vez “tecido como fios de matéria histórica”, o ensaio exhibe a tese e as hipóteses que orientam a “obra de pedagogo e de aprendiz de filósofo, de apóstolo do civismo e de reformador social”, segundo a seguinte síntese histórica:

Com efeito, se olharmos o nosso passado, ver-se-á que até o fim do Quinhentismo Portugal acompanha galhardamente o melhor espírito europeu, [...] e a muitos respeitos na vanguarda [...] Depois, desde essa data o facho apaga-se [...]. Depois dos dias do Quinhentismo, o que se chama espírito moderno nunca mais vigorou na nossa terra, — se bem que brilhasse, por vezes, em alguns portugueses excepcionais, que se cultivaram no estrangeiro, que se não entenderam com os seus patrícios, e que combateram sem resultado a mentalidade do seu país.<sup>102</sup>

O objeto de interesse do autor quando se volta para o problema da cultura, na esteira da história nacional escrita ao longo do século XIX, menos informa sobre o fato “Quinhentismo” do que constrói a compreensão da “promessa que se não cumpriu”. Vale mais a especulação do que deve ser, do que a minuciosa e positiva explicação do que foi “com efeito”. Aliás, o fato perfeito e acabado no passado, nas palavras de Oliveira Martins “Portugal acaba”, se presta à compreensão dos efeitos da promessa não cumprida, ou ainda, a situação crítica, o estado de decadência. Isso se prova, simplesmente, porque Portugal está à parte do desenvolvimento tecnológico, científico, artístico e produtivo europeu.

Não por acaso, “O Reino Cadaveroso...” começa pela constatação de que o problema da mentalidade ou da cultura vem a ser o “problema

---

os nossos campos, antes nos tira os que nisto nos haviam de servir; porque parte levados pela cobiça, e parte pela necessidade da conquista, temos muito menos do que convém’. Apud “As Duas Políticas Nacionais” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, p. 79. Sobre as conquistas ibéricas ultramarinas do século XV, vide Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares ...* Lisboa 2001, pp. 50 e 51.

<sup>102</sup> Antônio Sérgio, “Prefácio” in *Ensaio*, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 04; e, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, pp. 25 a 27.

característico do Portugal moderno”. Se nos voltarmos para o passado, poder-se-á ver que a nação nasce em meio à vanguarda do continente europeu. O que consta na história da humanidade, pois, como na Antiguidade o desenvolvimento do comércio e da indústria levou os atenienses à “revolução dos sofistas”, à “revolução de Sócrates”, no século XV os desenvolvimentos do comércio e da indústria levaram a Europa Renascentista à “transformação da mentalidade”. Na vanguarda disso, estiveram os italianos e os portugueses. Os primeiros pela “faina industrial e o comércio marítimo”. Os patrícios, pelas “navegações e os descobrimentos”. E, assim, enquanto na Itália Galileu constrói um mecanismo de observação do firmamento para aceitar ou discordar de Copérnico, em Portugal os navegadores experimentam lugares exóticos, onde o exame da natureza leva à desconfiança dos conhecimentos antigos. Por conseguinte, as navegações criam nos portugueses “a atitude crítica”, na medida em que a saída da Europa e a experimentação de lugares exóticos permitem aos quinhentistas desobedecerem às autoridades.<sup>103</sup>

Duarte Pacheco e Garcia Orta concentram a “transformação da mentalidade” em Portugal, elevam à “maior altura na vida mental” justo por usarem da “investigação do real” para contestar os Antigos. A partir da obra de ambos, o “critério da proposição verdadeira” passa dos antigos textos para a “evidência sensível”. Posteriormente, com a obra de Descartes, alcança-se a “evidência intelectual”, mas disso os portugueses não participam. A épica de Camões encerra a aurora da cultura em Portugal. *Os Lusíadas*, como poema “do alargamento da experiência humana” e do “desafio às autoridades”, fecha o quinhentismo português tal qual epitáfio. Enfim, nos gritos da *História Trágico-Marítima* encontra-se o “símbolo admonitório” do naufrágio “da nau da Inteligência que buscava a aurora”, “da mentalidade crítica do Português”.<sup>104</sup> Exatamente o que se lê no canto IV da épica:

<sup>103</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, pp. 27 a 36; e, “As Navegações e a cultura. O humanismo científico português da época dos Descobrimientos” in *Breve Interpretação ...* Lisboa 1981, pp. 84 a 94.

<sup>104</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, pp. 34 a 40; e “As Navegações e a cultura. O humanismo científico português da época dos Descobrimientos” in *Breve Interpretação ...* Lisboa 1981, pp. 84 a 94.

Mas um velho, d'aspecto venerando,  
 ...  
 Cum saber só d'experiências feito,  
 Tais palavras tirou do experto peito:  
 ...  
 Que promessas de reinos e de minas  
 D'ouro, que lhe farás tão facilmente?  
 Que famas lhe prometerás? Que histórias?  
 ...  
 Nunca juízo algum, alto e profundo,  
 Nem cítara sonora ou vivo engenho  
 Te dê por isso fama nem memória,  
 Mas contigo se acabe o nome e glória!<sup>105</sup>

Antônio Sérgio figura, ao longo do século XVII, a batalha entre o “homem do Espírito Crítico” e o “homem da Idade Média”, ou ainda, entre a “inteligência concebida como íntimo dinamismo de relação” e a “inteligência concebida como árvore genealógica de palavras vacuas”. Na Europa “vê-se a luminosa e triunfante ofensiva do espírito crítico e experimental”, enquanto Portugal anda para trás: na busca de reinos e minas prometidas. Se as navegações, os descobrimentos e a colonização das ilhas atlânticas e do Brasil cruzam a história nacional com a mundial, o comércio com as Índias vem a ser “obra de estupidez” a que juízo algum conseguirá atribuir fama e em cujo nome e glória se encerra. Daí lermos no ensaio “Em torno da ‘História Trágico-Marítima’...”, a seguinte constatação: “a mais retumbante e afamada de todas [as empresas quinhentistas] [...] a das conquistas nas costas da Ásia e do transporte dos produtos orientais para a Europa – foi realizada de maneira estúpida [...] e por isso ruínosa para Portugal”. Assim cai a noite escura da dominação castelhana de Felipe II. Só após o fim das guerras contra Castela, com os portugueses que emigram para a Europa e compõem a falange dos ‘estrangeirados’, ilumina-se novamente a grei.<sup>106</sup>

Entre os ‘estrangeirados’ estão Jacob de Castro e Luís de Verney, o primeiro fala de Londres, o outro da Itália, ambos reivindicam mudanças na formação do português. Verney ergue a polêmica da necessidade de

<sup>105</sup> Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Lisboa 1992, , pp. 118 a 120 (canto IV, estrofe 94 a 102).

<sup>106</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, pp. 40 e 42; e, “Em torno da ‘História Trágico-marítima’ ...” in *Ensaio*, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 80.

reformular a educação nacional, pela revelação de “o estado das doutrinas e o anseio de busca na Europa culta”, em oposição “à miséria caricata da mentalidade” em Portugal. Traça um “plano minucioso de reforma cultural”, pois verifica a ignorância e o isolamento da nação. Para Verney, assim como para Jacob de Castro, a solução estava em mandar portugueses estudar no exterior, mediante o compromisso de que voltassem depois para lecionar junto aos jovens da nação. Interessante que em Verney encontra-se justo o que se elogia nos quinhentistas: crítica e experiência. A crítica como exame do texto escrito para ver se procede como verdadeiro ou suposto, e qual o intento do autor, tudo segundo os ‘socorros tirados da história’. A experiência como lugar de prova, onde se refinam os pensamentos e se desprezam hipóteses.<sup>107</sup>

Bem, mas afirma sobretudo que, desde o século XVII, a nação falta aos intelectuais. Faltara a Vieira “um ambiente vital de inteligência crítica, uma séria cultura nacional”, como também aos ‘estrangeirados’, tanto que “a crítica de Verney dispara em escândalo”. Ainda que a manutenção das pensões de estudo no estrangeiro e o trabalho na Academia salvem, de certo modo, “as idéias mais fecundas dos ‘estrangeirados’”, a reforma de Pombal é considerada “mais espetaculosa que verdadeiramente benéfica” e efetuada em meio ao vozerio da contradição. O pouco que se conseguiu vem a ser perturbado, em fins do século XVIII e início do XIX, quando as invasões francesas e as lutas Constitucionalistas forçam a emigração de grande número de portugueses. O que, no entanto, faz brotar nova chama, pois muitos entram em contato “com o verdadeiro espírito da cultura crítica” e passam a denunciar as condições nacionais.<sup>108</sup>

<sup>107</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, pp. 44 a 47.

Francisco Falcon escreve que Jacob de Castro Sarmiento publicou, em 1737, a obra *Teoria verdadeira das marés*, com o fim de apresentar aos portugueses a ‘filosofia natural, experimental e demonstrativa’ de Newton. Suas propostas, como a sugestão de traduzir Francis Bacon para os estudantes, caíram no vazio. Pouco mais tarde acontecerá o mesmo, ainda que parcialmente, com as propostas de Verney. In *A época pombalina (política econômica e monárquica ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1993, pp. 207 e segs.

<sup>108</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, pp. 50-51.

O pouco de atenção que Antônio Sérgio oferece à obra de Antônio Vieira diz respeito justo ao aviso do mesmo sobre o mau uso das minas de metais e pedras preciosas

Revela-se entre os intelectuais oitocentistas força semelhante a de Verney: Alexandre Herculano e a ‘história crítica de Portugal’. Se o ambiente permanece contraditório e esterilizante, os ataques recebidos, quer por Verney, quer por Herculano, “são compreensíveis e naturais” como reação dos patrícios aos que tocam fundo na questão da “decadência do Português”. Tanto assim, que logo se segue outra batalha pela “renovação metal”, a Questão Coimbrã, a terceira e última antes dos *Ensaio*s e da História de Portugal. A. Herculano continua L. Verney, Antero de Quental continua Herculano e, com Oliveira Martins e Eça de Queirós, dá “novo arranco” na reforma da mentalidade ou da cultura em Portugal. No entanto, Antônio Sérgio olha ao redor e percebe que “a cultura crítica” não vence, apesar dos portugueses “excepcionais”. O ambiente não torna desnecessária “uma coletiva elevação real do nível de cultura da nossa elite” na atualidade.<sup>109</sup>

A compreensão do “espírito português do Quinhentismo” tal qual facho apagado, permite tanto a apresentação de hipóteses ligadas à concepção de degeneração e decadência nacional, quanto a comprovação de que o aparecimento de portugueses “excepcionais” dá-se de modo tão fulgurante quanto o quinhentismo. A interpretação da história a partir da situação crítica no presente, transforma aqueles que discutem as condições de cultura em autênticos fachos de luz que imitam, ainda que com menor intensidade, a luminosidade do fato histórico Descobrimientos. Mediante a formação da mentalidade dos portugueses na história nacional, isto é: o “saber só de experiências feito” ou a “consciência nacional”, identifica-se a promessa não cumprida – a “esperança sublime que se estiolou” – nas propostas de regeneração da cultura. Daí a oposição, no *Introdução*

---

encontradas no Brasil. Ou seja, preocupa-se somente em destacar a postura de denúncia de Vieira, que assemelha a de Luís Mendes de Vasconcelos – já mencionado. “As Duas Políticas Nacionais” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 85.

<sup>109</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, pp. 52-53; e, “O ‘insurrecionismo’ e sua obra” in *Breve Interpretação ...* Lisboa 1981, pp. 141 a 143.

Não por acaso, escreve no último item do *Breve Interpretação...*, “A tendência cesarista e a tendência republicana”: “De aqui em diante, vemos travadas numa luta brava duas formas políticas antagonistas, já muito esvaziadas do seu conteúdo: a forma democrática republicana, levada pelos ventos do entusiasmo do povo; e a forma monárquica e cesarista, que veio a encarnar no ditador João Franco.” (Lisboa 1981, p. 144.)

*geográfico-sociológica à História de Portugal*, “ao ser, que a mesma História nos lembra, um *dever-ser* ditado pelas afirmações intrínsecas, pelas normas internas do nosso ser consciente”. Os fatos históricos experimentados em termos de promessa e esperança fazem, simultaneamente, ver o presente – a situação crítica ou decadência – e nascer o futuro – “Portugal melhorado”.<sup>110</sup>

Não por acaso, no segundo número da *Pela Grei*, se publica o ensaio “Alexandre Herculano e o problema moral e social do Portugal moderno”. Herculano nos é apresentado como modelo de homem, herói nacional, “símbolo dos [...] sentimentos da consciência nacional”. Elogios retirados, aliás, da homenagem póstuma de Antero de Quental, que o elevou a ‘representante do gênio da sua nação’, ainda que o considere ‘com um certo espanto ininteligente’. Em Herculano, incorporam-se os “traços característicos do ideal moral do Português”: ‘homem de um só parecer,/de um só rosto e de uma fé,/ de antes quebrar que torcer’. Enfim, os combates ininterruptos do historiador pela revolução e a retirada para Vale dos Lobos “são na verdade a epopéia simbólica do nosso Portugal contemporâneo”. A ponto de ficar desamparada a nação: “sem crítico” ou quem lhe protegesse contra o abuso da “inércia mental do grande público”.<sup>111</sup>

Grande parte dos elogios deve-se a Antônio Sérgio rivalizar com a acusação de Teófilo Braga de que Alexandre Herculano não defendeu as Conferências do Casino contra o ato ministerial de extinção. O que nos leva a notar que se trata, primeiro, de afirmar a ligação entre Quental e Herculano, ainda que para ele aquele não tenha alcançado a “extensão” do “significado coletivo” desse; e, segundo, de que a sobredita “inércia mental” permite a expropriação “do tesouro espiritual da comunidade”, logo, a conservação da decadência. Assim se certificam, ao mesmo tempo e com o mesmo peso, a incursão da conferência de Quental, a situação crítica do ambiente nacional e a necessidade da polêmica para a

<sup>110</sup> Antônio Sérgio, Lisboa 1978, pp. 19-20.

Vide ainda: “Prefácio da 2ª edição” e “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, respectivamente, pp. 07 e 35.

<sup>111</sup> Antônio Sérgio, “Notas de literatura. Alexandre Herculano e o problema moral e social do Portugal moderno” in *Ensaio*, tomo III, Lisboa 1980, pp. 119 a 124.

renovação. Confirma-se, sobretudo, o “mal português”: Alexandre Herculano, mesmo asfixiado e oprimido, combate pela reforma da nação, segrega-se para manter a dignidade na denúncia, e luta lá do exílio de Vale dos Lobos contra o fechamento das Conferências, apesar de divergir das opiniões de Quental. Do mesmo modo, serve de exemplo a conduta de Teófilo Braga, modelo “dessa época de esfacelamento da inteligência portuguesa” que sucede à perda de um português “excepcional”.<sup>112</sup>

Nos ensaios dedicados a Eça de Queirós e Oliveira Martins o elogio vem contido. Todavia, prossegue o exame do sobredito “mal português”. O estudo sobre a obra de Eça de Queirós são dois ensaios: “Notas de Literatura. Eça de Queirós e a sociedade portuguesa (a propósito de um prefácio de Agostinho de Campos)” e “Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queirós”.<sup>113</sup> No primeiro, apressa-se em perguntar: “foi ele um simples narrador de histórias, [...] ou pertence à classe dos escritores que fizeram crítica social?”, contra a hipótese de Agostinho de Campos de que “Eça de Queirós é só artista”. Caso encontre-se entre os “escritores críticos e combativos”, que “se propuseram analisar, criticar, reformar a sociedade”, a obra de E. de Queirós obriga-nos todos à crítica, pois tal deve ser “o campo da sua ação” artística. O segundo ensaio apresenta-nos justo as características da dita “crítica social”.<sup>114</sup>

Em “Notas sobre... a novelística de Queirós”, afirma-se que o “fenômeno psicológico fundamental” do romancista está para o “tédio do

<sup>112</sup> Antônio Sérgio, “Notas de literatura. Alexandre Herculano ...” in *Ensaio*, tomo III, Lisboa 1980, pp. 123 a 126.

Lembre-se que Teófilo Braga vem a ser presidente da República proclamada em 1910, enquanto Antônio Sérgio não só renega o movimento, como abandona a Marinha para se manter autônomo. Escreve, em 1955, que a partir de 1910 passa a se interessar por “ensino” e “organização social” “preocupado pelos problemas para que nos atirou a República, – problemas de vulto para cujas soluções econômicas, educacionais e cívicas se não tinham munido de preparação adequada os tribunos republicanos da propaganda”. Iniciara, então, “a carreira de doutrinador”. “Prefácio” in *Ensaio*, tomo VII, Lisboa 1974, p. 03.

<sup>113</sup> *Ensaio*, respectivamente, tomo III e tomo VI, Lisboa 1980.

<sup>114</sup> O primeiro ensaio, que integra as “Notas de literatura”, foi publicado na *Seara Nova* em 1923; o segundo, pertence à primeira e única edição do tomo VI de 1946. Mesmo que não se possa determinar, precisamente, a data do segundo ensaio, é inegável que entre os dois escritos correm cerca de vinte anos e que ambos, de fato, apresentam-nos a hipótese da “crítica social” na obra de Eça de Queirós.

Antônio Sérgio, “Notas de literatura. Eça de Queirós...” in *Ensaio*, tomo III, Lisboa 1980, pp. 130 a 133.

ócio”. Ainda que se negue aos personagens de Eça qualquer tipificação do português, afirma-se que aí se apreende de modo agudo “tudo quanto seja exteriorização da psique (ou manifestação para os sentidos)”. Oferece-nos como prova os acasos exteriores que afetam os personagens principais de importantes obras: Teodorico de *A Relíquia*, Carlos da Maia de *Os Maias* e Gonçalo Ramirez de *A Ilustre Casa de Ramires*. As idéias desses personagens, portanto, “nunca surgem nas almas por urdidura própria, pelas ligações internas de emoção e de idéia”. Todos têm o enredo de suas vidas alterado por acasos ou acidentes exteriores, onde ficam expressos os “artifícios do imaginar sensível” do romancista. O que os aproxima do ambiente português, na medida em que se relaciona a mentalidade nacional à “mentalidade exteriorista” e ao “desamor à análise”. Nenhum dos personagens, entretanto, traz solução moral para o “tédio do ócio”. A suposta solução moral do problema psicológico só acontece quando Eça de Queirós conta a lenda dos santos, onde se vislumbra algum antídoto na “ação generosa” dos mártires.<sup>115</sup>

Daí a afirmação de que Eça de Queirós tenha sido rico em imaginação, isto é, na criação de imagens vindas do domínio sensível, mas nem tanto em fantasia ou nas “verdadeiras idéias”.<sup>116</sup> Isso procede, para Antônio Sérgio, não porque o romancista tenha escrito do estrangeiro e não pudesse olhar minuciosamente o cotidiano nacional, tal qual argumenta Agostinho de Campos, mas devido às condições que caracterizam a nação. Note bem, nos *Ensaio*s se afirma que a medida da “crítica social” de Eça de Queirós está nos artifícios da imaginação sensível, na descrição de acasos e infortúnios como chaves para mudanças drásticas no entrecho, e que isso impede a construção da “verdadeira idéia” pela vivência íntima ou a reflexão dos personagens. As descrições do romancista tornam os personagens escravos do mundo exterior como qualquer outro português, por isso não expressam solução moral para o “tédio do ócio”, ou seja, não procuram o propósito das ações antes em si que no mundo. Apenas a “ação generosa” dos santos indica a superação.

<sup>115</sup> Antônio Sérgio, “Notas sobre... a novelística de Queirós” in *Ensaio*s, tomo VI, Lisboa 1980, pp. 58 a 114.

<sup>116</sup> Antônio Sérgio, “Notas sobre... a novelística de Queirós” in *Ensaio*s, tomo VI, Lisboa 1980, p. 55.

Por conseguinte, só os mártires contêm a esperança e a promessa de glória que fora lançada para o passado e, a partir daí, ilumina o presente e faz nascer o futuro.

Também em Oliveira Martins, se apreende tão agudo entendimento da situação nacional, a ponto de nele palpitar “um sentimento fêrvido e torturante dos grandes problemas da sociedade”. Algumas de suas obras influenciaram sobremaneira a geração que proclama a República, daí o ler como formador do “estado de espírito” característica da geração que então governava a nação – ou seja: a sua própria geração. Mas Oliveira Martins vem a ser, sobretudo, exemplo do “naufrágio miserável dos homens notáveis” que ocorre em Portugal. Isso pode ser visto na maneira como participa da vida nacional, inicialmente, pela publicação de livros e jornais, em seguida, pela inclusão institucional na política. Oliveira Martins funda jornais, escreve artigos e projetos de lei, organiza reformas, participa do governo para alcançar as mudanças institucionais e econômicas que entende por necessárias, mas logo é isolado e desprestigiado na equipe ministerial que dirige. O que decorre menos por inabilidade política ou institucional do historiador do que pela “feição característica do Portugal moderno”.<sup>117</sup>

Ainda que se afirme que Oliveira Martins careça de “heroísmo intelectual”, porquanto ele entenda a sociedade como transcendente ao indivíduo, trata-o como integrante da “família cívica” de escritores socialistas que dão o tom do “pensamento revolucionário” português imediatamente antes da República. Apesar de acusá-lo de não distinguir, propriamente, o socialismo e o capitalismo no “conjunto das transformações gerais [...] que têm ocorrido no desenrolar da História pelo concurso dos sucessos e dos instintos dos indivíduos sem nenhuma submissão à consciência moral”. Acredita que nisso esteja o motivo para que construa projetos de mudanças na estrutura produtiva da nação e, ao mesmo tempo, defenda “os herdeiros das ‘famílias heróicas’” como o maior valor de Portugal, “principalmente pelo sentimento herdado da vida histórica”. Nesses termos, as mazelas diagnosticadas, ao longo da história

---

<sup>117</sup> Antônio Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões ...” in *Ensaio*, tomo V, Lisboa 1973, pp. 13-14, 36 e 71.

nacional, só podiam ser saradas pela “realeza” com a ajuda de uma “elite intelectual”, a partir de um governo transitório de inspiração “*revolucionária* e conservadora – socialista no intuito, tradicional na forma”, cujo propósito vem a ser viabilizar mudanças profundas posteriores.<sup>118</sup>

Apreende-se, então, a história contada por Oliveira Martins como a descrição de tipos, onde o caso particular ganha “o sentimento da vida do fenômeno genérico”. Logo o repreende por não construir a “revolução” pelo estudo da história, ou seja, pelo estudo no passado do que se liga aos problemas atuais e educar os espíritos com vista à solução de questões postas no presente.<sup>119</sup> No que diz respeito ao processo de construção da nação, enquanto Oliveira Martins nos apresenta como algo comum a idéia de que “o esplendor da Península foi instantâneo”, Antônio Sérgio o tem por extraordinário. Enfim, a acusação desenvolve-se até a denúncia de pessimismo e quixotismo, pois quando o historiador defende o valor dos personagens históricos vindos das famílias nobres e, simultaneamente, divulga que as transformações sociais acontecerão por obra da evolução material, degenera-se a história nacional como instrumento de educação da elite.

No exame dos portugueses “excepcionais”, mostra-se que a nação falta ao intelectual e, por isso, não se constrói, na cultura de língua portuguesa, “obra das que fere fundo, das que têm garra, das que marcam almas”.<sup>120</sup> A exigência de superação do ambiente a partir da vivência íntima de cada escritor como ato poético, ou seja, a criação estética, antes confirma o quão “cadaveroso” vem a ser o reino ou o quanto se necessita da reforma da mentalidade. Reitera-se que os “excepcionais” não conseguem ultrapassar o pátio das discussões, mesmo tendo em si o

---

<sup>118</sup> Antônio Sérgio, “Glosas sobre o miguelismo de Oliveira Martins no ‘Portugal Contemporâneo’” in *Ensaio*, tomo V, Lisboa 1973, p. 221; “Nótula Preambular ‘Teoria do Socialismo’ de Oliveira Martins”, e, “Sobre o socialismo de Oliveira Martins (introdução à sua obra intitulada ‘Portugal e o socialismo’)” in *Ensaio*, tomo VIII, Lisboa 1974, respectivamente, pp. 243 a 248, e, p. 219. Vide ainda: “Oliveira Martins. Impressões ...” in *Ensaio*, tomo V, Lisboa 1973, pp. 53 e 70.

<sup>119</sup> Antônio Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões ...” in *Ensaio*, tomo V, Lisboa 1973, pp. 21-22; e, “Sobre o socialismo de Oliveira Martins...” in *Ensaio*, tomo VIII, Lisboa 1974, pp. 224-225.

<sup>120</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, p. 50.

sentimento das necessidades nacionais, porque não criam outra ordem por análise da situação crítica. Todos lamentam e lutam, denunciam as mazelas da nação, mas não ultrapassam a síntese histórica da decadência. Logo, a todos aflige o mesmo “mal português”: a nação se ressentida das denúncias que projetam e os persegue e isola.

Para complementar o perfil da formação dos portugueses ao longo do século XIX, é composto o ensaio “O caprichismo romântico na obra do Sr. Junqueiro”. Enquanto Eça de Queirós e Oliveira Martins importam pela influência que tiveram na formação da elite dirigente da República, Guerra Junqueiro interessa pelo sucesso de seus versos “na massa dos que sabiam ler”. Não te esqueças que ao autor dos *Ensaio*s importa “o leitor em geral”! O problema está, precisamente, em que a poesia de Junqueiro se expressa “com palavras, imagens e maneiras da arraia-miúda”, encontram-se aí “os artificios de palavra e ritmo que entusiasma a inocência das imaginações inertes” com escassas “possibilidades de ascender à cultura”. Como não exige dos leitores qualquer superação das condições do ambiente, tal poesia repete pacificamente a idéia da decadência de Portugal e da necessidade de um redentor figurado no herói histórico Nun’Álvares.<sup>121</sup>

O capricho rítmico da poesia de Junqueiro é destacado como causa e efeito do “ambiente social”. Causa porque o poeta educou os que elogiam suas “filosofias sem pensamento”, e efeito porque ele usou o talento de criar ritmos para seduzir a massa e manter antigas concepções da pátria.<sup>122</sup> Até aí pouca novidade, no entanto, na medida em que o capricho decorre do orgulhoso deleite da fama popular, impede-se a ascensão do leitor à elite, isto é, a criador de cultura. Nessas condições, Guerra Junqueiro vem a ser exemplo do quanto importa à reforma nacional avaliar “a forma de espírito que se transferiu” da elite ao povo, pois, trata-se com aqueles

<sup>121</sup> Sobre a importância do leitor em geral e as possibilidades de ascensão à cultura, vide “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 205.

Sobre a obra de Guerra Junqueiro, vide *Ensaio*s, tomo I, Lisboa, 1980, pp. 331-332.

Vale ressaltar que Antônio Sérgio vê Nun’Álvares como a manutenção da ordem senhorial medieval, pois ele recebeu terras e rendas como paga e as estendeu a seus homens à semelhança da vassalagem. “Sobre a Revolução de 1383-85” in *Ensaio*s, tomo VI, Lisboa 1980, p. 154.

<sup>122</sup> Antônio Sérgio, “O caprichismo romântico na obra do Sr. Junqueiro” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 361.

outros que privilegiam a fama e os elogios. O que mantém as condições desfavoráveis à cultura autêntica, mesmo quando se clama pela redenção da pátria – lembre-se que a busca da fama e da glória vem a ser a fonte de degeneração da nação na épica de Camões. Se Eça de Queirós e Oliveira Martins também refletem as condições de cultura, por que Guerra Junqueiro é o exemplo negativo da situação crítica?

Isso poderemos melhor especular a partir do ensaio “Camões panfletário (Camões e D. Sebastião)”, dedicado ao procedimento pelo qual se deve reger o intelectual devotado à reforma e inspirado no “espírito moderno do quinhentismo”, porque “os conselhos dos *Lusíadas* [...] não são simples generalidades de Política e de Moral, mas censuras bem concretas ao que já se ia vendo na ocasião (prólogo dos horrores que depois vieram!) e o transunto muito fiel do grande protesto popular”. Ou seja, os conselhos de Camões são modelo ou exemplo a ser imitado.<sup>123</sup> Trata-se, nesse ensaio do canto IX de *Os Lusíadas*, dedicado ao governo do rei d. Sebastião. As censuras do poeta ao rei dizem respeito ao modo como d. Sebastião desleixa a corte e sai para se divertir com amigos em caçadas, sua desatenção com os conselheiros experimentados nos assuntos do oriente e da África, à política de privilégios que orienta os negócios do reino, à prática do recrutamento obrigatório que permite levar trabalhadores necessários ao reino para as expedições. Em destaque, portanto, a preocupação de Camões com a formação do rei a partir da advertência de que o mesmo carecia de “ouvir os expertos” ou os conselheiros munidos de experiência nos negócios do reino.<sup>124</sup>

Ao desaconselhar o rei a ir ao Marrocos e asseverar que as leituras sagradas e profanas servem antes para a determinação de fins e não dos meios de realização das obras de vulto, Camões mostra-se mais preocupado com o papel de Portugal nas terras dominadas por mulçumanos frente às lutas religiosas que assolam a Europa. As advertências e conselhos do canto IX, mediante a condição da épica ser

<sup>123</sup> Transunto: “1 cópia de algo escrito; traslado 2 (1597) reprodução perfeita 3 o que deve ser imitado; exemplo, modelo”. In Instituto Antônio Houaiss, *Dicionário Houaiss* ... Rio de Janeiro 2001, p. 2754.

<sup>124</sup> Antônio Sérgio, “Camões Panfletário (Camões e D. Sebastião)” in *Ensaio*, tomo IV, Lisboa 1981, pp.96 a 110.

escrita no crepúsculo do quinhentismo português, serve como procedimento padrão para os que tomam para si o facho da reforma. Tanto assim que o ensaio é encerrado com o lamento da fraqueza do autor diante dos que seguiram o mesmo caminho: Verney, Herculano e Quental.<sup>125</sup>

É inegável que, para Antônio Sérgio, a geração romântica ligada às Conferências Democráticas do Casino Lisbonense foi a última a proceder de acordo com a épica. Procedimento cujos dois pontos principais são a denúncia das condições do ambiente e das ações da elite dirigente e a idealização do papel histórico da nação portuguesa; à semelhança do aviso de Camões, que reconhece as contingências – guerras religiosas européias, o poderio de Felipe II, as navegações ultramarinas e as possessões territoriais – e, a partir disso, vislumbra o papel de Portugal na realização do ideal da cristandade. Para tanto, os portugueses deviam imitar os antepassados “excepcionais”: ouvir os mais “expertos”, determinar fins a partir dos textos e cumprir as aspirações européias.

Leiamos, consoante essas conclusões, sobre a última geração de reformadores no “Prefácio da 1ª edição” do tomo I dos *Ensaio*s:

A despeito da diversidade dos seus assuntos, todos os ensaios deste volume têm um único objetivo: a busca da orientação mais verdadeira, e por isso mesmo mais fecunda, nos problemas de que depende o ressurgimento da nossa grei [...] Com que espírito deveremos nós – os portugueses da minha idade e os mais moços [...] – considerar a nação de que somos parte e os grandes fatores do seu destino? [...] Impõem-se agora estas perguntas tanto mais imperativas quanto os escritores influentes do nosso Terceiro Romantismo [...] foram um tóxico perfeito pela ação descoordenadora, pelo prestígio desnorteante sobre as almas da nossa terra. [...] cujo primeiro choque sobressaltou Portugal em 1871, naquelas Conferências do Casino [...] Criou-se assim um fluido de mitos em que se dissolveu o espírito público, não só sobre os aspectos da nossa vida e sobre as realidades contemporâneas, mas até sobre o gênio do Português e as altas façanhas da sua história.<sup>126</sup>

O leitor sonâmbulo que se guiar pelo prefácio da obra acreditará que seu autor rivaliza e rompe com a geração romântica de 1870. A acidez com que cita Eça de Queirós e Oliveira Martins corresponde a quase nada

<sup>125</sup> Antônio Sérgio, “Camões Panfletário...” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, p. 119.

<sup>126</sup> Lisboa 1980, p. 56.

Esse ensaio tem por epígrafes citações de Antero de Quental, Alexandre Herculano e Platão, que tematizam a incompatibilidade entre a nação ou a cidade e os intelectuais ou os homens de idéias.

do que lemos nos ensaios aqui mencionados. Salvar-se-ia apenas Antero de Quental por não ser citado, mas nem ele, se a mais famosa das Conferências do Casino fora justo a “Causas da decadência...”. Enfim, Fernando Pessoa adianta o que Antônio Sérgio jamais pôde ver: “O mito é o nada que é tudo”.<sup>127</sup> Entre os mitos poetizados por Camões e descobertos, vigorosamente, pelos românticos, aquele de fazer ressurgir Portugal a partir do feito histórico vem a ser o eminente.

Se as altas façanhas históricas foram desnordeadas pelos estudos românticos, se as raízes da nacionalidade foram cingidas na heróica tribo de Viriato, tudo provém da luminosidade fornecida pelas navegações dos séculos XIV e XV – “É este o momento da maior altura da vida mental do nosso país. Estamos no seu máximo esplendor, no solstício estival da sua marcha”. A mais antiga e resplandecente das tradições de Portugal: a dos “universalistas cosmopolitas” que souberam sustentar na Ibéria aspirações européias, não contém nem menos, nem mais teor mítico que as origens célticas dos nômades pastores das montanhas que perturbaram a ocupação romana da península.<sup>128</sup>

Se os *Ensaio*s procedessem a “uma análise dos fatores da nossa mentalidade contemporânea” a partir da acidez que lemos nesse prefácio, a sempre citada perseguição seria menos a comprovação da tese histórica ensaiada na obra do que a cultura autêntica dos Descobrimentos. As pesquisas e narrativas históricas da atualidade romântica servem à compreensão das condições de cultura no presente, se a fulgurante glória dos navegadores quinhentistas dá o compasso da experiência social da nação. Porquanto o autor admita que a literatura de seu próprio tempo não lhe transmite o “significado vital da situação da grei”, conserva-se a inquietação escrita por Antero de Quental cerca de dez anos antes das conferências: “quem pensa e sabe hoje na Europa não é Portugal”. A obra

<sup>127</sup> Fernando Pessoa. *Mensagem*. São Paulo 1998, p. 21.

<sup>128</sup> Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 36; “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 77; e, “Despretensiosos informes... de história de Portugal” in *Ensaio*s, tomo VIII, Lisboa 1974, pp. 07 a 74, e, “Primeira época: incorporação e organização da metrópole” in *Breve Interpretação ...* Lisboa 1981, pp. 05 a 12.

dedicada à síntese histórica da cultura em Portugal reitera, na consciência dos portugueses, esta pergunta: “será possível viver sem idéias?”<sup>129</sup>

Os portugueses “excepcionais” aos quais falta a nação, perseguidos e exilados, provam a condição heróica da consciência nacional. Por conseguinte, a compreensão da unidade do processo de queda, onde se reconhecem algumas fulgurações de “vanguarda”, ganha novo sentido quando se sobrepõe aí o problema da cultura, ou da mentalidade, ou da formação da consciência. Com isso, se desenvolve a tradição de denúncia sem que se percam de vista, primeiro, as hipóteses construídas tais quais informações de fato, verdadeiras porque guardam a coerência das explicações; segundo, a oposição aos que, cooperados no mesmíssimo empenho regenerador, cantam o retorno sentimental e saudoso à glória passada. Antônio Sérgio aceita a tradição de denúncia como instrumento para formar a mentalidade nacional e permanece fiel ao julgamento de Quental: “Gememos sob o peso dos erros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história.”<sup>130</sup> E tal sentença deve criar polêmicas e não dogmas, consoante a unanimidade acarretar marasmo e estupidez, a fatalidade histórica tem de gerar saudade para uns, denúncia e perseguição para outros.

O tema da saudade, trazido à cena por Almeida Garrett, está para a condição de exílio e afastamento do poeta da terra natal, o mérito do estrangeiro para Portugal.<sup>131</sup> No *Camões* de Garrett a ‘saudade’ caracteriza a vida do poeta português. Vive-se assim, quer no passado, quer no presente, a dor ou o sentimento da alienação das aspirações coletivas que só têm importância na nação. Se Antônio Sérgio conhecia a potencialidade estética e ética da saudade, deixou de lado, pois cuida apenas do prestígio quase mágico atribuído à palavra, para negar ao saudosismo lugar na

<sup>129</sup> Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa, 1980, pp. 68 e 84.

Antero de Quental, “Bom-senso e Bom-gosto” in *Prosas Escolhidas*, sel. e pref. de Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942, p. 43.

Tal pergunta é usada como a primeira epígrafe desse prefácio. Se a mesma encerra o panfleto “Bom-senso e Bom-gosto”, que deu início à Questão Coimbra, é possível especular que se anuncia aí o ímpeto da obra escrita por Antônio Sérgio, qual seja: dar continuidade ao empenho reformista do romantismo português.

<sup>130</sup> Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares ...* Lisboa 2001, p. 60.

<sup>131</sup> José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal...* Lisboa 1999, p. 51.

regeneração do português. Na “Humilde Súplica aos Saudosistas” e na “Carta a um Saudosista”, afirma que a palavra saudade, ao contrário do que dizem os defensores do saudosismo, não existe exclusivamente em português, pois se encontram termos correlatos em outras línguas europeias. E assim redireciona o problema para o “temperamento saudoso (elegíaco, literatesco, voltado para o passado) [...] o maior defeito de que sofremos”.<sup>132</sup>

Aqui nos deparamos com o paradoxo dos *Ensaio*s, visto que polemiza com os contemporâneos e os chama de leitores sonâmbulos para provar que a disciplina própria ao exemplo dos “excepcionais” ainda não vigora e, simultaneamente, afirma a problemática como ambiente necessário à cultura autêntica. Por conseguinte, o ideal de formação do português torna imprescindível a controvérsia e a impugnação. Da mesma maneira que os saudosistas encontram na palavra “saudade” a peculiaridade da cultura nacional, Antônio Sérgio crê que a denúncia da situação de crise seja a melhor definição do “espírito” português. Não será esse o motivo do tom ácido e briguento daquele prefácio do tomo I dos *Ensaio*s? Se os saudosistas e integralistas vão cultuar o passado glorioso, a obra dedicada à problemática ou à polêmica como ambiente próprio à cultura provada na história nacional, vai reviver as experiências de denúncia e perseguição encontradas ao longo dessa mesma história. Por reconhecimento da fatalidade histórica e para abrir “a faina augusta dos Descobrimentos” sob “nova forma”, retoma a concepção de Oliveira Martins de colonização da metrópole pela extensão da atividade intelectual, só que agora pelas chamadas “escolas de ensaio”.<sup>133</sup>

Depois de ser exilado e ter praticado quase tudo o que fizeram os românticos de 70 – criado revistas de divulgação das idéias pelo ressurgimento nacional, renegado o governo vigente, participado de um governo de conciliação, apresentado reformas para a estrutura de ensino, feito conferências em teatros e universidades, escrito um esboço da

<sup>132</sup> Antônio Sérgio, *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, pp. 56 a 58, carta 20 (datada junho-julho de 1913 no Rio de Janeiro).

<sup>133</sup> Nas primeiras páginas de “O Reino Cadaveroso...”, Antônio Sérgio escreve: “E agora? Agora, no século XX? Agora, – estamos na mesma”, e o encerra com a sobredita proposta das “escolas de ensaio”. In *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, respectivamente, pp. 28 e 54.

História de Portugal, ter sido preso, perseguido, prestigiado por uns e apedrejado por outros –, endurece a luta. Notícia para Raul Proença: “Escrevi ao Aquilino, a pedir-lhe que rogasse ao sogro que tratassem de arranjar dinheiro para comprar aviões que iniciassem a revolução pelo bombardeamento enérgico dos quartéis das tropas mais fiéis ao governo [...] se tem de haver sangue, que a coisa seja o mais rápida possível.”<sup>134</sup> Mas sangue não houve; os *Ensaio*s seguiram sendo publicados e o autor a denunciar as condições do ambiente de cultura.

Antônio Sérgio chama tal disciplina de denúncia por crítica. De início, a defesa da crítica dizia respeito aos “esboços de críticas de literatura”, e que tinham suscitado vozerio. Contudo, a convocação dos “jovens da elite” a “uma crítica disciplinadora” útil à imposição de “um pensamento”, feita no prefácio dos *Ensaio*s, dá outro valor ao tema.<sup>135</sup> Se somarmos a isso as contingências vividas pelo autor, a monta vem a ser ainda maior. Ora, a disciplina crítica como denúncia fundamenta todos os tomos dos *Ensaio*s, e também os livros que compõem a História de Portugal. Além disso, ele acredita que a situação crítica ou decadência vem a ser o ambiente onde se deve enraizar o trabalho do pedagogo ou doutrinador ou apóstolo do civismo.

Uma vez considerada a importância da disciplina crítica como denúncia do “mal português”, segundo a tradição fundada no quinhentismo, o papel do crítico na sociedade nacional deve ser o de relacionar obras e público. E assim escreve: “a crítica fornece o ambiente de idéias em que a obra de arte se desenvolverá”. Isso porque a atividade do crítico, através de “um enredo de idéias” nascido no ato íntimo de criação, atribuirá vida à obra que merece viver. A crítica vem a ser o “prelúdio” da renovação da “matéria artística”, tanto quanto o complemento da obra clássica. Na medida em que, no clássico, o “instinto da inteligibilidade” superou a desordem inicial, a crítica reitera a “corporização do sentimento artístico [...] sobre o esqueleto de

<sup>134</sup> Antônio Sérgio, *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, pp. 196 e 197, carta 101 (datada março de 1932 em Paris).

<sup>135</sup> Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 71; e, “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*s, tomo III, Lisboa 1980, p. 07. Os escritos de crítica literária foram publicados em 1924 e 1925 na revista *Lusitânia*.

universalidade que a inteligência descobre no objeto” ou na “matéria artística”. Por conseguinte, o crítico tem o notório dever de alimentar o interesse e a admiração do público pelas obras clássicas da cultura nacional na época da decadência.<sup>136</sup>

Enfim, no “Prefácio da 2ª edição” do tomo I dos *Ensaio*s, a tradição dos reformadores é coroada na defesa da “orientação social” atribuída a toda obra publicada: “Toda obra que se publica é um fator de orientação social, já pelos sentimentos que sugere e pelas idéias que preconiza, já pelos métodos de pensar e de exprimir de que dá exemplo [...]”.<sup>137</sup>

Se à elite intelectual cabe o ato de denunciar segundo a disciplina descoberta na história nacional, é ela quem deve alimentar o interesse do público por obras clássicas dessa tradição. Ou seja, aqueles que tomarem para si a tradição dos reformadores sociais, ou a ação segundo a “crítica social”, devem se instruir em obras cujo “sentimento e a inspiração” iniciais foram estruturados pela consciência do estado de decadência. Logo, uma vez que a produção é dedicada à “análise dos fatores da nossa mentalidade contemporânea”, segundo “objetivos práticos [políticos e sociais]”, e orientada pela problemática como “criação ideológica”, as “escolas de ensaio” reiteram muito mais que rompem com a tradição escolhida.<sup>138</sup> A função dos *Ensaio*s e da História de Portugal no ressurgimento nacional é dar vida aos “sentimentos”, às “idéias”, aos “métodos de pensar e de exprimir” encontrados nas obras que participam da tradição gerada na consciência e na denúncia do estado de decadência. Tal qual se lê na lírica e na épica de Camões, nos ‘estrangeirados’ dos séculos XVII e XVIII, nos insurrecionistas do XIX e, por fim, nos reformadores do XX.

\*\*\*

<sup>136</sup> Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*s, tomo III, Lisboa 1980, pp. 07 a 22; e “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa, 1980, p. 73.

<sup>137</sup> Lisboa 1980, p. 18. Aliás, mandamento que orientou os estudos sobre a obra de Eça de Queirós cerca de 10 anos antes de ser escrito tal prefácio.

<sup>138</sup> Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª edição” e “Prefácio da 2ª edição” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, respectivamente, pp. 84 e 46.

Ora, a inquietação de Antônio Sérgio na escolha da carreira a seguir, militar ou intelectual, corresponde ao amor pedagógico pela “elite intelectual”. Visa a cultivar ou formar alguns cidadãos para as “verdades eternas” e o “desejo de as realizar” nos termos da tradição da qual se faz herdeiro. Na posição de educador, pedagogo e doutrinador, entende ser necessário preparar o ambiente para a educação daqueles que possuam “senso da espiritualidade... verdadeira e intelectual”. Para tanto, define o ambiente e as condições da intelectualidade. No caso do ambiente, a situação crítica ou de crise oferece o meio propício à mudança e à busca da maioria ou do esclarecimento da elite. O que ecoa nas condições do intelectual que, exemplificado na vida do autor, deve sacrificar a conduta de *gourmet* de idéias em favor da ação pragmática junto aos patrícios. Segue daí o projeto de uma obra que apresente “uma idéia nítida”, “uma inspiração moral” ou “o caráter de uma época” para re-formar a mentalidade dos portugueses.

A partir do que, delineia-se o caráter da obra: reclamar relação pessoal e originária entre a elite intelectual e o ambiente de cultura. Não por acaso, dos primeiros escritos passam aos *Ensaio* e demais obras, o ensaio e o racionalismo, encontrados na forma de apresentação do “Da Natureza da Afecção” e na organização dos *Sonetos* de Antero de Quental, intimamente relacionados à exigência de problematização das doutrinas descobertas na história nacional. No ensaio escrito para problematizar o sentimento define-se o elemento sentimental ou afecção como integrante dos processos cognitivos junto com as sensações. A vida afetiva não provém das sensações, antes depende da consciência formada pela experiência. O processo pelo qual se vai de um afeto individual à criação intelectual pode ser encontrado na poesia ou no “sentimento-idéia” constituído e apresentado por poetas tais como Camões e Antero de Quental. O intelectual deve antecipar-se e adivinhar o “sentimento-idéia” construído em algumas obras de cultura, para que os sentimentos nascidos em sua própria atividade tomem a forma necessária à projeção de alguma idéia que, por sua vez, tem de ser intuída pelas gerações futuras. Trata-se do exercício contínuo e repetitivo de determinados atos de pensamento, provados no presente tido por futuro do pretérito. Nesses termos, nos

*Ensaio* e na História de Portugal o campo histórico vem a ser compreendido como “espetáculo de finalidades”, onde os eventos correspondem ao embate entre a vontade individual vigorosa e o estado atual da sociedade.

Assim sendo, história e educação foram aproximadas na formação da consciência individual, em parte para que se problematizem os “espectros” criados pela má compreensão da história nacional, mas também para que se encontrem experiências aptas a serem guias ou modelos de conduta. O estudo da história se nutre nos questionamentos do presente, que se percebe como um “dever ser”. Se a ordem interna das consciências não é ditada pela “sociedade empírica”, mas pelo ideal de esclarecimento e maioria dos intelectuais. Segundo tal noção, retirada de Camões, a verdadeira pátria liga os homens pela idéia. Nessa empreitada de esclarecimento dos “espectros”, que impede a “elevação mental”, conforme o que deve ser a nação, investiga-se o sebastianismo como fator da “imaginação portuguesa da decadência”. Aliás, quando Antônio Sérgio convoca para a reforma da mentalidade não abdica da doutrina da decadência – vive-se em situação crítica ou em crise –, nem da regeneração da nação, nem da missão espiritual e cosmopolita da elite, tão somente substitui o sebastianismo pelo “ensino do racionalismo de método”.

Após ter publicado grande parte da obra arquitetada, uma vez seguro do prestígio intelectual e moral conquistado, reclama dos que lhe atacam e assevera que o caminho do qual o censuram foi por ele aberto. Consagra-se assim à lamúria que, desde as primeiras polêmicas, tem o fim de incorporar os opositores. A incompreensão e perseguição que lamenta, reiteradamente, antes atesta a necessidade da revolução da cultura a partir da disseminação da atmosfera de problemática. Enfim, quanto mais o perseguem, mais comprova-se a realidade das hipóteses apresentadas em suas obras. Isso ocorre porque a elite intelectual contribui para a revolução por experiência da situação crítica e pela criação de hipóteses sobre a atualidade. Os problemas trazidos pelas diversas hipóteses vão sendo experienciados pela elite como ambiente ideal para a revolução – e, assim, fertilizam o estado de decadência. As hipóteses devem, sobretudo,

espelhar a “moderna mentalidade”: por indução, as experiências põem em prova as idéias criadas, por dedução, mostra-se a correspondência entre a idéia e a experiência consumada. A verdade equivale à coerência entre as idéias, ou seja, hipóteses apresentadas e experiências consumadas.

Como “criações do intelecto”, as idéias ou hipóteses não apenas refletem os “concretos objetos da percepção” ou as sensações, antes promovem a identidade entre o objeto concreto construído pelo entendimento e o ambiente de cultura. Por leitura da lírica de Camões, se desenvolve a noção de que o “sentimento-idéia” nascido em meio à ausência dos elementos sensíveis e convertidos em reflexão origina a esperança que, lançada para o passado, serve ao presente e ao futuro. Se a congeminação só acontece mediante a ausência dos objetos de afeto, o estado de decadência serve de incitação intelectual por exposição ininterrupta da falta. A atividade da elite intelectual deve obediência apenas à dinâmica de criação das idéias, cumpre-se a norma de relação entre as idéias e das mesmas com a totalidade que lhes precede, nunca com o mundo. Isso decorre do racionalismo de método crer na ilusão do mundo empírico criada nos sentidos e sensações, tanto quanto na regulamentação do conhecimento pelo entendimento. Daí lermos por toda a obra que interessa ao autor a lei de formação das relações inteligíveis. Ou seja, a disciplina de pensamento que deseja implantar diz respeito ao procedimento desmitificador da razão esclarecida, método pelo qual lança mão de técnicas eficientes para o crescimento do capital intelectual do português. Antônio Sérgio jamais alcançou, entretanto, a sentença de Fernando Pessoa: “o mito é o nada que é tudo”.

Explora-se o significado da aventura dos Descobrimentos e da promessa não cumprida nas obras de poetas, romancistas e historiadores, que compõem a elite de homens que pensam as condições de cultura. Se o feito heróico do quinhentismo português diz respeito à atividade da elite de homens práticos, a escrita da história inspira-se no ressentimento dos teóricos que viram, a pouca distância, a má direção da empresa de exploração d'além, sem nela poder intervir. Como os quinhentistas contestaram autoridades por experiência do novo mundo, os *Ensaio*s anseiam por contestação. Todavia, na posição mais de nacionalista

visionário das mudanças do que de naturalista. Enquanto a contestação do XVI se projetava na Europa, a dos “estrangeirados” do século XVIII (tanto quanto a de *Os Lusíadas*) incide exclusivamente sobre a nação. Isso sim, nas palavras de Fernando Pessoa, a autêntica “crise moral do povo português”. O que se vislumbra na obra escrita para revelar a adequação entre atividade intelectual e ambiente de cultura, sempre referida às origens da nação, onde nada se explica de fato. No entanto, uma vez mortificado nos bens de cultura, demanda investidas reiterativas.

O futuro do passado encontra-se na epopéia dos portugueses “excepcionais” na época da decadência, onde se constrói a compreensão da promessa não cumprida. Primeiro, por breve banho na luminosidade vinda dos quinhentistas Duarte Pacheco e Garcia Orta, que simbolizam a transformação da mentalidade em Portugal, em seguida, por enumeração dos que se dedicaram ao ressurgimento de tal mentalidade: “os estrangeirados” do século XVIII e a “família cívica” de escritores socialistas envolvidos direta ou indiretamente nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. Essa sim, considerada a última geração a proceder por meio da denúncia das condições do ambiente de cultura e idealização do papel histórico da nação. Os “excepcionais” – Luís A. Verney, A. Herculano, A. de Quental, Oliveira Martins – assim como o Pe. A. Vieira e Eça de Queirós, expõem, por um lado, a luta ou o dualismo criado para explicar a história nacional (o que Antônio Sérgio figura, ao longo do século XVII, pela batalha entre o “homem de Espírito Crítico” e o “homem da Idade Média”, ou seja, a inteligência como relação e como proposição lógica), por outro, conformam o caráter fulgurante do quinhentismo ou da época heróica onde se fundou a nação. A vida dos “excepcionais” é espelho que reflete a luminosidade do quinhentismo e a intensidade da promessa não cumprida, na qual todo intelectual deve inspirar-se à maneira dos que imitam modelos. Afinal, as perseguições e os exílios vividos por aqueles que denunciaram a decadência provam, tão somente, a condição heróica da consciência histórica.

Na medida em que a denúncia da situação de crise se firma como a melhor definição do “espírito” português, a condição heróica da

consciência ganha outro tom quando aí se sobrepõe o problema da cultura. Por reconhecimento da fatalidade histórica e para abrir “a faina augusta dos Descobrimentos” sob “nova forma”, defende-se a colonização da metrópole por “escolas de ensaio”. Como ação pragmática e educativa, o ensaio torna-se o único instrumento de exposição do capital intelectual da tradição de denúncia, por dois motivos: primeiro, a regra de formação da cultura em Portugal está na exceção ou no excepcional, ou ainda, no extraordinário, sem caráter sistemático; segundo, a disciplina de pensamento, tida por crítica, só faz relacionar o público com as obras expoentes da tradição de denúncia. Nessas condições, diz-se que a proposta pedagógica ou pragmática, bem exemplificada nas “escolas de ensaio”, seguem a reiterar a tradição escolhida desde o primeiro estudo de crítica literária: a dos que denunciam o estado atual a partir da experiência histórica da decadência, constitutiva da consciência nacional.